



Ministério Pùblico
do Estado do Rio de Janeiro
Procuradoria-Geral de Justiça

MPRJ - Ministério Pùblico do Estado do Rio de Janeiro
Protocolo MPRJ 2018.01079770

PRTNUC10 23/10/2018
Dingem. GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME
ORGANIZADO - DES
Ato: 1 - ATO DE REGISTRAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO - INVESTIGAÇÃO
DE ATUAÇÃO - DES



SIGILOSO

Colosso
Volimbo

D

Avaliado em / /
Destinação final: Guarda permanente
 Amostragem
 Eliminar em / /



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

**EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA
DA CAPITAL**

SIGILOSO

**Ref. MPRJ 2018.01079770
PIC nº 003/2018**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, presentado pelo Grupo de Apoio Especializado no Combate ao Crime Organizado (GAECO) através dos Promotores de Justiça que esta subscrevem, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, vem requerer:

MEDIDA CAUTELAR DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. QUEBRA DE SIGILO DE DADOS TELEFÔNICOS E TELEMÁTICOS E MEDIDA CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO.

I – DOS FATOS

Inicialmente, cumpre registrar que fora instaurado no âmbito da 23ª Promotoria de Investigação Criminal da 1ª Central de Inquéritos da Capital, Procedimento Investigatório Interno nº **03/2018** autuado sob o nº **MPRJ**

1



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça

**Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO**

2018.01079770, com o fito de investigar atuação de grupo paramilitar na grilagem de terras e consequente exploração de recursos naturais disponíveis, tais como água, pedra, saibro e areia utilizados para construções de condomínios ilegais, os quais sabidamente são explorados economicamente por estas organizações criminosas, mediante cobrança de taxas de seus moradores, na região da Zona oeste da Cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente nos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Vargem Pequena e Vargem Grande e Guaratiba.

Além de evidenciada a interferência de Organização Crimosa no processo de grilagem de terras naquela região, fato divulgado não só por jornais de grande circulação (anexo), informações de inteligência demonstram a expansão do domínio da milícia neste ramo de atividade, além da influência política protagonizada por agentes políticos neste processo.

Neste sentido, apurou-se a existência de projetos de lei que beneficiam diretamente grileiros, na medida em que viabilizam a regularização de terras tomadas pela ilegalidade, notadamente porque grande parte destas invasões realizadas por grupos paramilitares visam áreas de proteção ambiental e sem título de propriedade, sempre com o objetivo do lucro ilegal.

A atuação destes grupos paramilitares alcança a prática de uma gama de crimes visando o lucro pela corretagem e empreendimentos imobiliários. Os loteamentos irregulares, a exploração ilegal de pedreiras e saibreiras; a falsidade documental e ideológica; as extorsões a moradores destas comunidades por serviços oferecidos, são algumas das práticas criminosas perpetradas por estes grupos.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Mas não é só. Fato é que os grupos paramilitares vêm avançando pela inércia do Poder Estatal, que deveria combatê-los. O possível envolvimento de agentes políticos naquela região, abarcada por seus redutos eleitorais beneficiam a crescente exploração de terras pela milícia privada.

A título de exemplo, importante destacar que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro por meio da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Assuntos Cíveis e Institucionais, ajuizou ação de representação por constitucionalidade, com pedido de medida cautelar, da Lei Complementar nº 188/2018, de autoria do vereador Chiquinho Brazão, do município do Rio de Janeiro, que alterou as Leis Complementares números 160 e 161, ambas de 2015, que regulamentam o uso, a ocupação e a regularização de parcelamentos do solo que contenham edificações. O MPRJ requereu a imediata suspensão da vigência da referida lei, sob a alegação de que a mesma representa ameaça de agravamento do fenômeno de ocupação desordenada na capital fluminense.

À frente da milícia que atua naquela região está o nacional **WELLINGTON DA SILVA BRAGA, vulgo ECKO**, o qual figura como investigado pela delegacia de homicídios da Capital pelos Crimes de Organização Crimiosa e homicídios, nos autos do Inquérito Policial nº 901-00114/2016 e 901-00559/2014. Além destes procedimentos ECKO figura como investigado nos autos do IP 918-00486/2016; 035-10380/2017; 050-01930/2017, estando pendente mandado de prisão em seu desfavor.

Na linha sucessória da Organização Crimiosa temos o nacional **LUIS ANTÔNIO DA SILVA BRAGA, vulgo ZINHO**, irmão de ECKO.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Registre-se que no ano de 2013, ZINHO foi preso pela Delegacia de Homicídios da Capital, pela prática de homicídio tentado, receptação e porte de munição e carregadores, nos autos do Inquérito Policial nº 901-00638/2013. Já em 2015, ZINHO foi preso pela DRACO, em operação realizada em Paciência, por porte ilegal de arma de fogo e formação de quadrilha.

Na linha investigatória ora perseguida destaca-se que em 2017, ZINHO foi arrolado como testemunha nos autos do RO 036-00159/2017 (parcelamento de solo urbano). Em depoimento prestado afirmou estar no local aguardando por um amigo, alegando desconhecer o proprietário do terreno. No entanto, a segunda testemunha arrolada JHONATAN FLORÊNCIO BARBOSA, fora identificado como um dos comparsas de ECKO e figura como investigado nos autos do Inquérito Policial nº 901-00114/2016, em tramitação na Delegacia de Homicídios.

Prosseguindo nas investigações apurou-se que o Vereador MARCELLO SICILIANO detém forte influência na área de Vargens e Guaratiba, sendo apontado por seu envolvimento na exploração ilegal de terras daquela região.

Em diligências determinadas fora realizada consulta junto ao CENSEC (Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados), sendo levantada a existência de 29(vinte e nove) procurações e escrituras lavradas em nome de MARCELLO SICILIANO, desde o ano de 2009 conforme se compra a pesquisa anexada às **fls.44/47, do APENSO II.**

Sem prejuízo, expedidos ofícios ao 5º e 6º Ofício de Registro Distribuidor foram apontados diversos registros de Promessas de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Compra e Venda em nome de MARCELLO SICILIANO, nas nevrálgicas áreas já mencionadas, como de amplo domínio de milícia privada, notadamente VARGENS e GUARATIBA, conforme demonstram os docs acostados às

fls.47/69, do APENSO I.

Vê-se que MARCELO SICILIANO possui extensa ingerência naquela área, tendo participação ativa na questão da exploração da posse das terras. Fato é que o investigado aparece em mais de 80(oitenta) transações imobiliárias envolvendo a cessão de terras em áreas compreendidas pelo domínio de milícia, nos últimos 10(dez anos). Assim é que, os vínculos entre outorgante e outorgado nas inúmeras transações realizadas e os títulos de posse e propriedade referidos estão sendo apurados.

Traz-se à baila algumas transações celebradas por MARCELO SICILIANO, bem como personagens das negociações, ainda sob investigação, inclusive visando identificar eventuais laranjas:

1) ALFREDO LOPES DE SOUZA, CPF 43008763715

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565 (fração)

Grande Empresário, além de figurar como Presidente da ACIR (associação comercial e industrial do Recreio e Vargens)Presidente da associação brasileira da indústria dos hotéis do Rio de Janeiro; Presidente da SINDFLAT ASS APART HOTÉIS do RJ ; Diretor da GSI shoppings Participações SA, Presidente ACBS.

2) FRANCISCO JUCIER BARBOSA DE OLIVEIRA, CPF 93714769749

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565 (fração)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Candidatou-se ao cargo de VEREADOR de BELFORD ROXO, Sócio administrador da empresa Atacadão Zz Utilidades (Comercio De Utilidades Domésticas De Nova Iguacu Ltda). Tem passagem criminal 121 CP (036-06175/20005) ; Porte Ilegal (054-0631/2016); Apropriação indébita (077-04860/2012; Duplicata Simulada (056-02561/2004

3) ESTEVAM RICARDO RADO ZADIAN, CPF 00401487776
Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565 (fração)

Sócio adm Drogaria RIBONE(Recreio e Ilha de Guaratiba);Sócio adm Wings Serviços Aeronáuticos LTDA; Vinculo empregatício com Helistar Taxi Aéreo.

4) JOÃO BOSCO CHARRA, 32451075791
Outorgante Promessa de compra e venda sítio 565

João Bosco Charra, figura como outorgante Promessa de cessão de direitos aquisitivos, em favor de Marcelo Siciliano e sua esposa, João Bosco já falecido, porém seu filho, João Bosco Charra Jr., possui empresas (Villas Boas Terraplanagem) e (Aporuma Emp. Imobiliários) incorporadora nos bairros Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá (CDD).

5) LUIZ ROBERTO FARZAD CABRAL, CPF 74349430768
Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565 (fração)

Sócio Adm, Empresa PREMIER VIP CAR (locação de veículos).Recreio ROWEB: 908-08341/2005 - ENVOLVIDO Adulteração de Sinal Identificador de Veículo;

018-02711/2009 -ENVOLVIDO Apreensão veiculo estelionato

037-01120/2012-02 -ENVOLVIDO Posse /porte ilegal arma de fogo.

6) PAULO EDUARDO FARZAD CABRAL, CPF 819005627-15
Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565 (fração)



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Sócio da Empresa PREMIER VIP CARD(locação veículos)Recreio -Policial Civil

7) ANDRÉ ABELHA DUTRA, CPF 07170136775
Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565 (fração)

EMPRESÁRIO, possuindo empresas no RJ E SP . Sócio Diretor , empresa de incorporação imobiliária (LUCIMAR RESIDÊNCIAS)Diretor do IBRADIM- SP , Sócio adm do escritório CASTIER & Abelha Associados.

8) ANNA BEATRIZ ESCOBAR RIBEIRO, CPF 89215605720
Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565 (fração)

Servidora pública da prefeitura RJ(PROFESSORA) , tem arma registrada na categoria de defesa pessoal .

9) CARLOS ALBERTO TENÓRIO DE ALMEIDA, CPF 83245138768
Outorgado Promessa de compra e venda de terra no lugar denominado cafunda em Vargem Grande

Empresário no ramo de engenharia, CAT DE ALMEIDA ENGENHARIA E IMPERMEABILIZAÇÃO.

10) MARCO ANTONIO COLLYER, CPF 60781840759
Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565 (fração)

Empresário, morador de vargens , estrada do caminho da cascatinha 565, casa 37



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

11) EDSON SILVA MERCANTE, CPF 24500593772

Outorgante ESCRITURA DE Direitos aquisitivos

Empresário no ramo Imobiliário, empresa e residência localizadas em JABOATÃO DOS GUARARAPES -PE

12) WAGNER VINICIUS NEVES DA SILVA, CPF 2796391710

Outorgado Promessa de compra e venda de uma área de terra no lugar denominado cafunda em Vargem Grande também identificada como Sítio 565.

Oficial da Marinha, VINCULADO NO INFOSEG no COMANDO DO MATERIAL DE FUZILEIROS NAVAIS

13) VILMAR MALAQUIAS DA COSTA, CPF 48222429949

Empresário ramos da construção civil, Foi sócio gerente da empresa SUL BRASIL CONSTRUÇÕES - Baixada

920-00649/2003 - AUTOR Estelionato-DECON ;

920-00965/2003 - AUTOR crime contra Ordem Tributária;

920-00398/2004-02 Cumprimento de Mandado de prisão (precatória SP)

14) EDUARDO JORGE CURI, CPF 43163165753

Outorgado Promessa de compra e venda sitio 565

Servidor Público Ministério da Saúde

15) GEOVANNA BRAGA BAZZETTI, CPF 27891240787

Outorgado Promessa de compra e venda sitio 565

Empresária no ramo de Engenharia , Sócia administradora da empresa GIOVANNA BRAGA BAZZETTI

16) JOSIMAR ANDRADE GUIMARÃES, CPF 68148453772



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Outorgado uma área de terra situada no lugar denominada cafunda
Servidor Público Ministério da Fazenda

17) MARCO AURÉLIO BRUNO ALBACETE VELASQUES, CPF
77869869791

Outorgado Promessa de cessão de direitos aquisitivos imóvel situado na
Estrada do Cafunda 1333 Vargem Grande

Empresário morador do Recreio , Sócio administrador da empresa Notícias a
Vapor comunicação Integral

18) RENATA CARVALHO BORELLI, CPF 70690782772

Outorgado compra e venda sitio 565

Moradora da Área alvo da investigação, CAMINHO DA CASCATINHA 565

19) PAULO ROBERTO CARDOSO ZYGIER, CPF 74175165720

Outorgado compra e venda sitio 565

EMPRESÁRIO comércio varejista de roupas (ipanema , tijuca ,copacabana,)
morador da área alvo da investigação, CAMINHO DA CASCATINHA 565

20) SAULO RAHAL, CPF 71503080749

Outorgado Promessa de compra e venda sitio 565

Empresário no ramo Imobiliário, VILAS LARANJEIRAS SPE E engenharia e
arquitetura JRS GERENCIAMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA

21) WILZA CARLA NEGROMONTE TEIXEIRA, CPF 08928456789

Outorgante Cessão de Direitos Aquisitivos sítio 565



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Micro Empresária na região de Vargem Grande - Figura na Cessão de Direitos Aquisitivos junto com seu marido LEONARDO ANTONIO FERNANDES DA SILVA , COMO INTERVENIENTE ANUENTE DE MARCELO SICILIANO

22) LEONARDO ANTONIO FERNANDES DA SILVA, CPF 02154616739

Outorgante Cessão de Direitos Aquisitivos sítio 565

Morador da área alvo da investigação, CAMINHO DA CASCATINHA 565 FUNCIONÁRIO PÚBLICO FEDERAL TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A REGIÃO

23) ANA PAULA DUARTE DE LACERDA ABREU , CPF 95169830734

Outorgado Promessa de compra e venda sitio 565

Moradora da Área alvo da investigação, CAMINHO DA CASCATINHA 565 ,e possui empresa de Transporte escolar na Região (Tia Aninha)

24) VICENTE DE PAULO BESSERRA DE ARAUJO, CPF 05761794772

Outorgado Promessa de compra e venda sitio 565

Morador da Área alvo da investigação, CAMINHO DA CASCATINHA 565

25) ANA LUCIA ALSCHEFSKY, CPF 86640399768

Outorgado Promessa de compra e venda sitio 565

Moradora da Área alvo da investigação, CAMINHO DA CASCATINHA 565, possui empresa , Sócia administradora das empresas: ENTRA E VISTA ROUPAS LTDA E FRENTE ÚNICA COMERCIO DE ROUPAS

26) ALEXANDER GIUSEPPE SOARES, CPF 02862533726



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Outorgante Cessão de Direitos Aquisitivos sítio 565

Moradora da Área alvo da investigação, CAMINHO DA CASCATINHA 565, possui empresa SÓCIO ADM , ESQUADRIA - ESQUADRIAS DE FERRO E ALUMÍNIO

27) NILZA DA SILVA DURAO BORTOLOTTO

Outorgante Cessão de Posse imóvel Av Gaspar de Lemos, antiga estrada do engenho novo- ILHA DE GUARATIBA

Micro Empresária na região do RECREIO - Figura na Cessão de Posse - Terreno ILHA DE GUARATIBA

28) IVONE SOARES, CPF 791449697-91

Outorgado promessa compra e venda

Servidora Público Estadual-Secretaria do Estado da Educação

29) CARLOS HENRIQUE PINTO DE LEMOS, CPF 38601427715

Outorgado promessa compra e venda sitio 565

Morador de Vargens, área alvo da investigação Sócio administrador 02 empresas comércio varejista de bebidas e comercio de alimentos LTDA.

30) AMANDO DA FONSECA JUNIOR, CPF 43970915791

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565

RO 042-06060/2018 -AUTOR AMEAÇA (...) ele iria mandar "quebrar minhas pernas" caso eu continuasse a interferir nos planos dele de construção clandestina de apartamentos irregulares no prédio onde sou proprietário, na Av. Belizário Leite de Andrade Neto, 380. Disse que nada adiantava eu fazer denúncia à Polícia e Prefeitura pois ele tinha



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

conhecimento e proteção dos chefões. Disse também que aquele era o último aviso que ele me dava.

31) ESVERALDINO ALVES TORINHO, CPF 45610312787

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565

Sócio de uma instituição de ensino Pré-escola SOTEPE

32) FABIOLA DA ROCHA PIRES, CPF 08070585722

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565

Moradora do Recreio, possuía empresa de equipamentos, status baixada , sem mais informações.

33) GUSTAVO CARRILHO LOPES, CPF 79543081700

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565

Profissional em TI , trabalha em empresa privada no ramo de tecnologia

34) JARBAS DO CARMO LOPES, CPF 04543602749

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565

35) SYLVIO LESA MONTEIRO , CPF 00645290700

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565

Morador das vargens , algumas empresas baixadas -NI

36) WALDEVAN JOSÉ DOS REIS, CPF 86997068715



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria-Geral de Justiça

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Outorgado Promessa de compra e venda sito 565

Sócio da empresa ADNA INDUSTRIA E COM DE FECHOS LTDA, morador de Jacarepagua .

37) JOSE HILTON BARBOSA DE OLIVEIRA, CPF 7968764783

Outorgado Promessa de compra e venda sito 565

Socio Adm. De empresas no ramo de comercialização de produtos p utilidades Lar SO OFERTA

38) MARLUCE XAVIER MAIA SICILIANO, CPF 98391291715

esposa de Marcello Siciliano

Aparece em diversas Promessas de compra e venda como Outorgante juntamente com Marcello Siciliano, Cafundá em Vargem Grande, sítio 565

39) MARIO SICILIANO JUNIOR , CPF 33194289772

irmão de Marcello

Outorgado Promessa de compra e venda sito 565

40) ANITA MARIA DE OLIVEIRA MONTEIRO, CPF 33194289772

sogra de Marcello Siciliano

Outorgado Promessa de compra e venda sito 565

41) MARIA DA PENHA MORAIS SICILIANO, CPF 72146079720

mãe de Marcello Siciliano

Outorgado Promessa de compra e venda sitio 565



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria-Geral de Justiça

**Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO**

42) VAGNER EUFRASIO DE ABREU, CPF 81029543704

Outorgante Promessa de compra e venda sitio 565

empresário e advogado

43) ANDRÉ LUIZ ANET, CPF 91575702720

Outorgante - Ilha de Guaratiba

empresário e advogado, possui diversas armas registradas em seu nome

44) ALOYSIO ALVES MACIEL NETO, CPF 29870500706

Outorgante Cascatinha, 565

Dono de diversas clínicas médicas e psicologia que prestam serviço ao Detran.

45) GENTIL PEREIRA FERNANDES PINTOR, CPF 22155961715

Outorgante Cascatinha, 565

empresário do ramo alimentício e auto escola

46) SABRINA HARROUCHE GARCIA, CPF 80219756791

Outorgante - Ilha de Guaratiba

proprietária de Haras, com passagem de posse irregular de arma de fogo 006-04547/2011

47) LUCILENE CLAUDIO DE LIMA, CPF 01289537720



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Outorgante Cascatinha, 565

Proprietária de farmácia

48) WILLIAM JULIO NETTO DOS SANTOS, CPF 03530601780

Outorgante cessão de direito de imóvel Cascatinha, 565

Proprietário de distribuidora de gás, foi candidato a vereador e tem arma registrada em seu nome.

49) ALVARO MACHADO TEIXEIRA NETO, CPF 04748750758

Outorgado Cascatinha, 565

Tem escritório de contabilidade, empresa de obra e material hospitalar. Tem RO por porte de arma 035-05321/2003

Cumpre destacar que MARCELLO SICILIANO figura como sócio em 05(cinco) empresas, quais sejam: 1) NEST662 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 07.872.455/0001-46; 2) LA MIA VITA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ: 20.330.027/0001-50; 3) MM INDÚSTRIAS GRÁFICAS LTDA, CNPJ: 10.546.732/0001-35; 4) SAVE SERVIÇO AÉREO DE VIGILÂNCIA ESTRATÉGICA LTDA, CNPJ: 28.385.887/0001-00; 5) WMW COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 86.994.449/0001-38.

Acerca das empresas citadas cumprem tecermos algumas curiosidades. Percebe-se que 03 empresas em que SICILIANO aparece como Administrador possui como atividade “**a incorporação de empreendimentos imobiliários**” e “**agenciamento em consignação**”,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

sendo estas as empresas: 1) NEST662 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 07.872.455/0001-46; 2) LA MIA VITA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ: 203300270001580 e 3) WMW COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 86.994.449/0001-38.

Registre-se que, em que pese a atividade desenvolvida pelas empresas NEST662 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 07.872.455/0001-46 e LA MIA VITA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA, ambas com atividades voltadas para incorporação de empreendimentos imobiliários constam nos registros junto à Junta Comercial o mesmo endereço cadastrado, qual seja: **Avenida das Américas, nº 17.500, Bloco 02, apt. 410**, conforme se observa nos docs. acostados às fls.08/09, do APENSO II.

Assim, em análise puramente superficial, percebe-se a existência de duas empresas em nome de MARCELO SICILIANO, com ramos de atividades similares, mas sediadas em um mesmo endereço, que, registre-se, se trata de um condomínio residencial no bairro do Recreio dos Bandeirantes.

Mas não é só. Em consulta formulada ao CAGED constatou-se que as empresas LA MIA VITA EMPREENDIMENTOS LTDA e MM INDUSTRIAS GRÁFICAS LTDA não foram sequer registradas, não havendo informações sobre eventuais funcionários em atividade nas empresas, se é que de fato existem. (**vg. docs. de fls. 19, APENSO II**)

Da mesma forma, em relação à NEST662 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, em consulta ao CAGED, apurou-



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAEKO

se que a empresa não declarou vínculos de funcionários. (vg. docs. de fls.19, APENSO II)

Por fim, cumpre registrar que outras empresas em nome de SICILIANO foram levantadas, no entanto, já se encontravam inativas, a exemplo da empresa MARCELO MORAES SICILIANO **MINERAIS, que possuía como principal atividade a extração de saibro e beneficiamento associado.** (vg. fls.08v, APENSO II)

Em prosseguimento às investigações o COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) remeteu, em caráter sigiloso, relatório de inteligência financeira nº **37088.7.4592.6800**, atinente à MARCELLO MORAES SICILIANO, dando conta de movimentações financeiras consideradas atípicas no período compreendido entre **01/07/2016 à 31/12/2016**, totalizando no período assinalado **R\$ 4.304.275,00 (quatro milhões, trezentos e quatro mil e duzentos e setenta e cinco reais), conforme se verifica às fls. 02/03, do APENSO II.**

Em informações adicionais constantes no RIF, apontou-se que no período de 01.07.2016 a 31.12.2016 a conta de SICILIANO acolheu o montante de **R\$ 2.141.704 (dois milhões, cento e quarenta e um mil e setecentos e quatro reais).** Os créditos ingressaram na conta, em sua maioria por transferências identificadas como crédito salário e recebimento de TEDs e depósitos em cheques. Chama a atenção os saques em espécie realizados em conta, o qual não se tem como identificar o real destino dos recursos. Neste sentido destaca-se transferência oriunda de **MARIO SÉRGIO F DE SOUZA**, CPF: 238.251.547-34 no valor de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)** e uma transferência no valor de **R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais)** realizada por **HENRIQUE FREIRE A M PENNA**, CPF:



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria-Geral de Justiça

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

107.855.367-01. Não obstante, denota-se uma série de transferências e TEDs realizadas por pessoas físicas e jurídicas de ramos de atividade diversos a SICILIANO, em valores consideráveis.

Não obstante, foram identificados **saques em espécie no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)**, que tiveram como portador o nacional **FRANCISCO CARLOS DO TANQUE GONÇALVES**, CPF: 080.710.347-03. Registre-se ainda **saque em espécie** realizado pelo próprio SICILIANO, na data de 31/08/2016, no valor de **R\$ 100.000,00 (cem mil reais)**.

Assim o COAF, no enquadramento dos riscos e sinais de alerta ante as movimentações realizadas identificou: 1. Concentração de saques em espécie 2) Movimentação aparentemente incompatível com a renda mensal do cliente.

Esse é o breve relatório.

II - PRELIMINARMENTE. DA ATRIBUIÇÃO PARA A INVESTIGAÇÃO. AGENTE POLÍTICO DETENTOR DE FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. CRIMES PRATICADOS NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

Em 03 de maio de 2018 o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar questão de ordem na AP nº 937, relatada pelo Ministro Roberto Barroso, assentou a competência do STF para processar e julgar os membros do Congresso Nacional exclusivamente quanto aos crimes praticados no exercício e em razão da função pública em questão.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Como amplamente divulgado, o Supremo Tribunal Federal redesenhou as margens da competência originária ao fixar, como teses jurídicas, que "(i) o foro por prerrogativa de função aplica-se apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas; e (ii) após o final da instrução processual, com a publicação do despacho de intimação para apresentação de alegações finais, a competência para processar e julgar ações penais não será mais afetada em razão de o agente público vir a ocupar outro cargo ou deixar o cargo que ocupava, qualquer que seja o motivo".

Como se sabe, a doutrina penal clássica define como *crimes funcionais* aqueles que só podem ser praticados por pessoas que exercem funções públicas. Dividem-se em crimes funcionais próprios e impróprios ou mistos. Nos primeiros, a ausência da qualidade referente ao exercício da função pública por parte do agente causa uma atipicidade absoluta, como por exemplo, o crime de prevaricação; nos segundos, tal ausência opera uma atipicidade relativa, i. e., a conduta é atípica em face do crime funcional, mas se amolda a um tipo de crime comum, como o delito de peculato, cuja falta do elemento funcional passa a constituir apropriação indébita.¹ Cabe registrar, também, que "são crimes funcionais típicos não os descritos no Título XI, Capítulo I, do Código Penal (arts. 312 e s.), como também todos em que a qualidade de funcionário público intervém como

¹ JESUS, Damásio E. de. Direito Penal, vol. I. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 215



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

elementar ou circunstância qualificadora (p. ex., arts. 150, § 2º, 300, 301, etc.)".²

A pergunta que pode aqui ser formulada é se o conceito de "crimes cometidos durante o exercício do cargo e relacionados às funções desempenhadas" adotado pelo Supremo Tribunal Federal confunde-se com a definição de crimes funcionais sedimentada pela doutrina.

Tal conceito jurisprudencial carrega, em si, as noções conjugadas de *atualidade* do fato delituoso em relação ao cargo (ou mandato) e da sua *pertinência* com o exercício das funções, mas não parece exigir a intervenção da qualidade especial de funcionário público, como elementar ou circunstância, para sua configuração.

O elemento temporal da definição encampada pelo Supremo Tribunal Federal se incumbe do trabalho de desemparelhar os precitados conceitos, porque, em tese, pode ocorrer a prática do crime funcional propriamente dito, embora não necessariamente *durante* o exercício do cargo. Por exemplo, o tipo penal da corrupção passiva configura-se como um crime *propter officium*, mas pode ser praticado "fora da função",³ isto é, sem o traço imediato da simultaneidade em relação ao desempenho do ofício, portanto, fora daquele espectro conceitual.

² Idem.

³ CP, art. 317 - Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAEKO

Além disso, se o agente comete o crime funcional durante o exercício do cargo que justifica a prerrogativa, mas, por qualquer razão, perde-lhe a investidura, esvai-se igualmente o foro originário. Em outras palavras, "depois de cessado o exercício da função, não deve manter-se o foro por prerrogativa de função, porque cessada a investidura a que essa prerrogativa é inerente, deve esta cessar por não tê-la estendido mais além a própria Constituição" ([AP 315/QO](#), Min. Rel. Moreira Alves, Tribunal Pleno, julgamento em 25.8.1999, DJ de 31.10.2001).

Por outro lado, o significado de "crimes relacionados às funções desempenhadas" afigura-se mais amplo do que a ideia clássica de crimes praticados *propter officium*, i.e., estritamente em razão do cargo, de modo que nem sempre os fatos investigados, a par da relação com o exercício da função, caracterizam delitos praticados por funcionário público contra a Administração Pública. Dito de forma mais geral, dois objetos podem estar relacionados, mas isso não significa dizer que um exista em razão do outro.

A relação de pertinência com o cargo, no fundo, diz respeito ao aproveitamento das relações funcionais, do poder ou autoridade, do prestígio ou influência que o cargo ou mandato pode conferir ao agente ou se refere a alguma situação de fato correlata às atribuições do cargo.

À guisa de ilustração, o crime de constituição de milícia privada, capitulado no art. 288-A do Código Penal, não depende da qualidade especial do agente, podendo ser praticado



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

por qualquer pessoa, e tem por objetividade jurídica a paz pública, e não a Administração. A princípio, pode não ter qualquer relação com o exercício da função que justifica a prerrogativa de foro. Não obstante, as circunstâncias do caso podem apontar que o agente - por exemplo, Deputado estadual ou Vereador - se utilize da autoridade ou influência conferida pelo mandato para interferir em nomeações na área da segurança pública, arregimentar militares, determinar ações que, mesmo fora do seu campo de atribuições, fomentem a associação delitiva e a consecução de crimes correlatos, etc. Nessa hipótese, embora não constitua crime funcional tipicamente em razão do cargo, relaciona-se com o desempenho das funções, de modo a atrair a competência jurisdicional originária.

Podemos aventar outra situação em que o agente incorra, por exemplo, no crime de usura pecuniária, previsto no art. 4º da Lei n. 1.521/50, cobrando juros sobre dívidas em dinheiro superiores à taxa permitida por lei. Teoricamente, tais fatos não se referem à atividade funcional do agente. Mas, se os ofendidos forem servidores da Assembleia Legislativa ou Câmara Municipal, e o político faça do gabinete parlamentar seu escritório de agiotagem, valendo-se da estrutura pública, parece utilizar a máquina em malversação do cargo, desafiando, por consequência, o foro especial.

Portanto, considerando que muitas das figuras penais, não tipicamente funcionais, podem enfeixar-se no conceito de crimes relacionados ao desempenho das funções, não parece haver outra solução que não seja a apreciação, caso a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

caso, dos fatos oriundos da vida funcional de cada agente detentor de foro por prerrogativa para, na perspectiva construtiva do direito, escoimar as situações que possam constituí-la daquelas aferradas à esfera privada do agente.

No presente caso, o relato das ações delituosas supostamente cometidas por MARCELLO SICILIANO não guardam, ao menos por ora, qualquer relação com o exercício da função pública.

Nessa conformidade, reconhecida a inaplicabilidade da regra constitucional de prerrogativa de foro ao presente caso, por aplicação do princípio da simetria e em consonância com a decisão da Suprema Corte antes referida, tem-se que este órgão de execução detém atribuição para oficiar no feito e, consequentemente, o juízo de primeiro grau é o competente.

III - DOS FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO A ENSEJAR O DEFERIMENTO DO MANDADO DE BUSCA E APREENSAO e QUEBRA DE SIGILO DE DADOS TELEFÔNICOS E DE TELEMÁTICA.

Conforme exposto no relato inicial, há fortes indícios da participação de MARCELLO SICILIANO na exploração de loteamentos irregulares em áreas reconhecidamente dominadas pela atuação de grupos paramilitares. Neste sentido,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

acostou-se aos autos documentos que demonstram consideráveis transações imobiliárias (mais de 80), nos últimos 10 (dez) anos na área em questão (zona oeste da cidade do Rio de Janeiro), onde SICILIANO figurou ora como outorgante, ora como outorgado.

Paralelamente demonstraram-se empresas em nome deste, que aparentemente desenvolveriam atividades voltadas para o ramo de incorporações imobiliárias, embora sem qualquer registro de funcionários legalizados. De outra sorte, logrou-se demonstrar que duas destas sociedades empresárias encontram-se sediadas em um mesmo endereço, que em verdade, se situa em condomínio residencial no Bairro Recreio dos Bandeirantes, o que se afigura incompatível com atividade comercial desempenhada. Tais evidências permitem possível conclusão sobre a existência de empresas de fachada.

E não é só. O relatório de Inteligência Financeira encaminhada pelo COAF nos da conta de uma série de movimentações financeiras consideradas atípicas identificadas na conta corrente de MARCELLO SICILIANO, mais especificamente no período compreendido entre o dia 01/07/2016 e 31/12/2016, onde este teria recebido o montante de R\$ 2.141.704 (dois milhões, cento e quarenta e um mil e setecentos e quatro reais), cujos créditos ingressaram na conta, em sua maioria por transferências identificadas como crédito salário e recebimento de TEDs e depósitos em cheques. Tal valor se revela incompatível com a renda declarada por SICILIANO.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Assim, para o prosseguimento das investigações e obtenção de novos elementos de prova que permitam a identificação de outros integrantes de organização criminosa e extensão dos crimes praticados, requer o MP:

1- O deferimento, com fulcro no art. 240 do CPP e seguintes, da medida cautelar de Busca e Apreensão de celulares; computadores; tablets; mídias; documentos atinentes à prática delituosa narrada(escrituras; procurações; contratos, etc), a ser cumprida nos endereços das empresas de MARCELO SICILIANO, a saber:

1.1)Avenida das Américas, nº 17.500, BL02, apt. 410;

**1.2)Estrada dos Bandeirantes, nº23.303, sala 215,
Vargem Grande;**

1.3)Rua Pereira Nunes, nº 395, Loja B, Bairro Vila Isabel;

Endereço residencial:

1.4) Praça Tele Santana, nº 85/1501, Barra da Tijuca;

Na Câmara Municipal:

25



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria-Geral de Justiça

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

**1.5) Gabinete situado à Praça Floriano s/nº, Prédio:
Anexo - Sala: 401 - Centro - Rio de Janeiro - RJ**

2) A QUEBRA DE SIGILO DE DADOS telefônicos e telemáticos e AUTORIZAÇÃO DE ACESSO ao conteúdo dos aparelhos eletrônicos que forem apreendidos, como celulares, pen drives e computadores, etc., oriundo do cumprimento dos mandados de busca., a fim de que seja autorizado **o acesso irrestrito aos dados armazenados** (agenda telefônica; mensagens enviadas/recebidas, por SMS ou aplicativos *Whatsapp*; *Telegram*, dentre outros); e-mails enviados/recebidos; vídeos e áudios; e/ou quaisquer arquivos digitais.

Como é cediço, de nenhuma utilidade serão os bens possivelmente apreendidos, tais como telefones celulares, notebooks, pendrives, agendas telefônicas, DVDs, CDs, discos rígidos etc., se suas informações não puderem ser utilizadas em benefício do bom andamento da investigação.

Assim, faz-se necessária a QUEBRA DE SIGILO DE DADOS desses bens, providência não apenas pertinente, mas essencial para as investigações, sendo a quebra de sigilo de tais bens apreendidos o meio lógico, único e eficaz para o bom andamento do feito e o êxito na conclusão das investigações.

3-Seja decretado o **SEGREDO DE JUSTIÇA** até o cumprimento dos mandados de busca e apreensão, sob pena da medida ser inócuas;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

4- Que os mandados de busca sejam entregues diretamente ao GAECO que fará a entrega pessoal ao Delegado da Polícia Civil que irá cumprir os mandados.

IV - DA QUEBRA DE SIGILO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS

O fundamento jurídico para a postulada quebra de sigilo de dados bancários é nada menos que o direito à prova no processo penal, mesmo que de natureza cautelar, conforme assevera o art. 155 e respectivo parágrafo único, do Código de Processo Penal.

A legalidade e admissibilidade da prova por quebra de sigilo bancário estão amparadas pelo artigo 1º, §4º, VIII, da Lei Complementar 105/2001, cuja amplitude de incidência abrange tanto a lavagem de dinheiro, como toda e qualquer infração penal, conforme muito bem assevera a melhor doutrina:

"outra anotação importante deve-se à listagem dos crimes feita nos incisos I a IX do §4º. Foi feita, na essência, de maneira desnecessária. Menciona-se que a violação de sigilo pode ser decretada para a apuração de *qualquer* ilícito. Em seguida, insere-se: 'especialmente nos seguintes crimes', o que servirá como ênfase, mas não para constituir um rol taxativo." (NUCCI, Guilherme de Souza. *Leis Penais e Processuais Penais Comentadas*. 5ª edição. São Paulo: RT, 2010, pg. 1131).

Ainda que a quebra de sigilo bancário acima afete a privacidade ou intimidade, tal medida está dentro dos parâmetros da razoabilidade, tendo em vista que a almejada prova visar apurar crime com

27



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

repercussão patrimonial e com *modus operandi* vinculado a operações financeiras, mormente porque foram identificadas inúmeras movimentações financeiras consideradas atípicas na conta corrente de MARCELLO SICILIANO, especialmente no ano de 2016, movimentações estas incompatíveis com sua renda declarada.

Neste sentido, os fatos se enquadram em situação suspeita e de risco de lavagem de capitais, conforme Recomendação 10 do GAFI, de modo que a nota interpretativa de tal recomendação assevera o seguinte:

H. Abordagem baseada em risco:

14. Os exemplos a seguir não são elementos obrigatórios dos padrões do GAFI e estão incluídos apenas para fins de orientação. Não se pretende que os exemplos sejam abrangentes e, apesar de serem considerados indicadores úteis, podem não ser relevantes em todos os casos. riscos mais altos

15. **Existem circunstâncias em que o risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo é mais alto, e devem ser adotadas medidas reforçadas de DDC. Na avaliação dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo relativo a tipos de clientes, países ou áreas geográficas, e produtos, serviços, transações e canais de entrega em particular, entre os exemplos de situações com risco potencialmente mais alto estão:**

(a) fatores de risco de cliente



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria-Geral de Justiça

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

repercussão patrimonial e com *modus operandi* vinculado a operações financeiras, mormente porque foram identificadas inúmeras movimentações financeiras consideradas atípicas na conta corrente de MARCELLO SICILIANO, especialmente no ano de 2016, movimentações estas incompatíveis com sua renda declarada.

Neste sentido, os fatos se enquadram em situação suspeita e de risco de lavagem de capitais, conforme Recomendação 10 do GAFI, de modo que a nota interpretativa de tal recomendação assevera o seguinte:

H. Abordagem baseada em risco:

14. Os exemplos a seguir não são elementos obrigatórios dos padrões do GAFI e estão incluídos apenas para fins de orientação. Não se pretende que os exemplos sejam abrangentes e, apesar de serem considerados indicadores úteis, podem não ser relevantes em todos os casos. riscos mais altos

15. **Existem circunstâncias em que o risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo é mais alto, e devem ser adotadas medidas reforçadas de DDC. Na avaliação dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo relativo a tipos de clientes, países ou áreas geográficas, e produtos, serviços, transações e canais de entrega em particular, entre os exemplos de situações com risco potencialmente mais alto estão:**

(a) fatores de risco de cliente

28



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

• A relação de negócios é conduzida em circunstâncias incomuns (por exemplo, distância geográfica significativa e sem explicação entre a instituição financeira e o cliente);

• Negócios que envolvam grande quantidade de dinheiro em espécie;

• A propriedade ou estrutura da empresa parece incomum ou excessivamente complexa dada a natureza de negócios da empresa" (As Recomendações do GAFI, pg. 101. Disponível em http://www.coaf.fazenda.gov.br/menu/pld-ft/publicacoes/as_recomendacoes_metodologia.pdf/@download/file/As_recomendacoes_Metodologia.pdf).

Logo, como aduz a pacífica jurisprudência, basta o cotejo proporcional e razoável da ponderação entre o direito à privacidade e o direito à segurança pública para o deferimento de tal medida, bastando a existência de indícios razoáveis para a sua efetivação, a saber:

Ementa

EMENTA: CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. OFENSA À CONSTITUIÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. SIGILO BANCÁRIO. QUEBRA. MEDIANTE ORDEM JUDICIAL. PRECEDENTES. I. - Somente a ofensa direta à Constituição autoriza a admissão do recurso extraordinário. No caso, o acórdão recorrido limitou-se a interpretar normas infraconstitucionais. II. - Ao Judiciário cabe, no conflito de interesses, fazer valer a vontade concreta da lei, interpretando-a. Se, em tal operação, interpreta razoavelmente ou desarrazoadamente a lei, a questão fica no campo da legalidade, incorrendo o contencioso constitucional. III. - Alegação de ofensa ao devido processo legal: CF, art. 5º, LV: se ofensa tivesse havido, seria ela indireta, reflexa, dado



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

que a ofensa direta seria a normas processuais. E a ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário é a ofensa direta, frontal. IV. - A verificação, no caso concreto, da ocorrência, ou não, de violação ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada situa-se no campo infraconstitucional. V. - Alegação de ofensa ao inciso IX do art. 93 da Constituição: improcedência, porque o que pretende o recorrente, no ponto, é impugnar a decisão que lhe é contrária, certo que o acórdão está suficientemente fundamentado. **VI. - O entendimento desta Suprema Corte consolidou-se no sentido de não possuir caráter absoluto a garantia dos sigilos bancário e fiscal, sendo facultado ao juiz decidir acerca da conveniência da sua quebra em caso de interesse público relevante e suspeita razoável de infração penal. Precedentes.** VII. - Agravo não provido.

Decisão

Negou-se provimento, decisão unânime. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidiu, este julgamento, o Senhor Ministro Carlos Velloso. 2ª Turma, 04.10.2005. (STF - AI 541265 AgR/SC - SANTA CATARINA; AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO; Relator: Min. CARLOS VELLOSO; Julgamento: 04/10/2005; Órgão Julgador: Segunda Turma; Publicação: DJ, 04-11-2005 PP-00030; EMENT VOL-02212-07 PP-01308).

Ementa

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE USURA E SONEGAÇÃO FISCAL. NULIDADE. DENÚNCIA ANÔNIMA. POSSIBILIDADE. QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

1. "Ainda que com reservas, a denúncia anônima é admitida em nosso ordenamento jurídico, sendo considerada apta a deflagrar procedimentos de averiguação, como o inquérito policial, conforme contenham ou não elementos informativos idôneos suficientes, e



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria-Geral de Justiça

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

desde que observadas as devidas cautelas no que diz respeito à identidade do investigado" (HC 44.649/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ 8/10/07). Precedente do STF (AgRg na MC em MS 24.369-4/DF).

2. A proteção aos sigilos de dados não é direito absoluto, podendo ser quebrados quando houver a prevalência do direito público sobre o privado, na apuração de fatos delituosos ou na instrução dos processos criminais, desde que a decisão esteja adequadamente fundamentada na necessidade da medida. Precedentes do STJ.

3. Na hipótese em exame, deve subsistir a decisão judicial que, motivadamente, determinou a quebra do sigilo bancário do paciente, uma vez que demonstrados os indícios de prática delituosa, os motivos pelos quais a medida se faz necessária, bem como o objeto da investigação e a pessoa do investigado.

4. Ordem denegada.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, denegar a ordem. Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Mussi, Felix Fischer e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator. (STJ - HC 114846/MG; HABEAS CORPUS; 2008/0195412-8; Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA; Órgão Julgador: QUINTA TURMA; Data do Julgamento: 15/06/2010; Data da Publicação/Fonte: DJe 02/08/2010).

No caso em apreço, a quebra do sigilo bancário se torna imperiosa porque é necessária à plena elucidação do fato criminoso, sendo certo que existem indícios concretos da prática de tal delito, conforme os elementos de convicção já coligidos e referidos acima.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Portanto, conforme será discriminado abaixo, requer o Ministério Público a quebra de sigilo de dados bancários relativamente às contas e atividades financeiras do investigado MARCELLO SICILIANO, bem como das contas das sociedades empresárias em que este figure como sócio de forma a verificar a compatibilidade financeira entre suas movimentações bancárias e atividade por elas desenvolvidas, **se de fato existentes.**

Observe-se que a mais atual doutrina e a mais zelosa jurisprudência vêm reconhecendo o RIF como relevante meio de prova, a saber:

Ementa

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. DESVIO DE VERBAS PÚBLICAS. **RELATÓRIO DO COAF. UTILIZAÇÃO PARA FUNDAMENTAR A QUEBRA DE SIGILO FINANCEIRO (FISCAL E BANCÁRIO). POSSIBILIDADE. COMUNICAÇÃO FEITA PELA INSTITUIÇÃO À AUTORIDADE POLICIAL E/OU AO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE É BASEADA EM INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS RELEVANTES E PRECISAS. DESNECESSIDADE DE INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES EM INQUÉRITO POLICIAL. BUSCA E APREENSÃO. DECORRÊNCIA DA QUEBRA DE SIGILO FISCAL E BANCÁRIO. LEGALIDADE. QUEBRA DE SIGILO TELEFÔNICO. FUNDAMENTAÇÃO. OCORRÊNCIA. PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA. INADMISSIBILIDADE.**

1. O sigilo financeiro, que pode ser compreendido como sigilo fiscal e bancário, fundamenta-se, precípua mente, na garantia constitucional da preservação da intimidade (art.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

5º, X e XII, da CF), que manifesta verdadeiro direito da personalidade, notadamente porque se traduz em direito fundamental à inviolabilidade de informações inerentes à pessoa, em suas relações com o Sistema Financeiro Nacional. Entretanto, **a jurisprudência firmou a compreensão de que não se trata de um direito absoluto, sendo possível mitigar sua proteção quando presentes circunstâncias que denotem a existência de interesse público relevante, sempre por meio de decisão proferida por autoridade judicial competente, suficientemente fundamentada, na qual se justifique a necessidade da medida para fins de investigação criminal ou de instrução processual criminal, sempre lastreada em indícios que devem ser, em tese, bastantes à configuração de suposta ocorrência de crime sujeito à ação penal pública.**

2. É cediço que o fato indiciário que autoriza um juízo de probabilidade ou verossimilhança não se identifica com mera suspeita ou com simples conjectura, sem apoio em elementos fáticos concretos. Sem embargo, a obtenção desses indícios mínimos que denotem real possibilidade da prática delituosa não pode se desatrelar das novas formas criminosas surgidas com o desenvolvimento tecnológico e o aprofundamento internacional de integração econômica.

3. Os indícios de prova, suficientes para dar lastro a um juízo de probabilidade da ocorrência do fato delitioso, devem ser colmatados com outras formas indiciárias



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

distintas das usualmente empregadas para a criminalidade comum, geralmente precedidas de inquérito policial, de modo a possibilitar, com eficiência, a investigação e a apuração dos complexos delitos corporativos.

4. O COAF, com feição típica de órgão de inteligência financeira, é responsável, também, pela prevenção e pela fiscalização da prática do delito de lavagem de dinheiro, com finalidade precípua de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na lei, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades, desenvolvendo atividades com objetivos predominantemente preventivos, à semelhança dos demais países que subscreveram as convenções internacionais sobre lavagem de dinheiro.

5. **Para desincumbir-se de suas funções, fez-se necessário permitir ao COAF o acesso a dados detalhados das transações financeiras das pessoas (jurídicas e naturais), o que ocorreu com a aprovação da Lei Complementar n. 105/2001, que desobrigou o órgão de postular judicialmente o acesso a todos os dados fiscais e bancários, sendo dotado da prerrogativa de analisar, de modo compartilhado, informações financeiras integrais de quaisquer pessoas participantes de transações financeiras consideradas atípicas pelo Banco Central, pela CVM e por demais órgãos de fiscalização. Esse compartilhamento, com o**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

julgamento da ADI n. 2.859/DF, foi considerado constitucional pela Suprema Corte, resguardando-se, contudo, a publicização de tais dados, inclusive para uso em eventual persecução penal, que ainda permanece sob reserva absoluta de jurisdição.

6. A Lei Complementar n. 105/2001, ao tornar o sigilo e as inviolabilidades inoponíveis ao COAF, acabou por permitir que os relatórios produzidos por ele fossem lastreados em elementos de informação da mais alta relevância, confiabilidade e precisão técnica.

7. As comunicações recebidas dos setores obrigados pela Lei n. 9.613/1998, após critério de seleção de prioridades feitas pelo órgão (haja vista a expressiva quantidade de comunicações recebidas), são detalhadamente analisadas e confrontadas com informações sigilosas que são fornecidas por outras instituições. No caso de fundados indícios da prática de ilícito penal, diz o art. 1º, § 3º, IV, que haverá "a comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa".

8. A compatibilização entre a manutenção do sigilo financeiro, somente inoponível aos órgãos administrativos de controle, e a produção de relatório baseado em dados protegidos pelo sigilo implica, inter alia, a conclusão de que o conhecimento integral dos dados que subsidiaram a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

produção do relatório (da comunicação feita à autoridade competente) depende de autorização judicial. Isso equivale a dizer que a comunicação feita à autoridade policial ou ao Ministério Público não pode transbordar o limite da garantia fundamental ao sigilo, a implicar que a obtenção e o uso, para fins de investigação criminal, dos dados que subsidiaram o relatório fornecido pelo COAF dependem de autorização judicial.

9. É inafastável a conclusão de que o relatório produzido pelo COAF subsidia e justifica eventual pedido de quebra de sigilo bancário e fiscal, porquanto os dados que lhe subjazem são protegidos pelo sigilo, mostrando-se incongruente raciocínio que exija, para justificar a medida invasiva, outros elementos de prova, seja porque o relatório é construído com base em dados altamente confiáveis, precisos e, sobretudo, decorrentes de esforços conjuntos de inúmeras instituições de controle, seja porque a prática de crimes corporativos dificilmente é compartilhada com testemunhas ou avaliada por simples constatação de sinais exteriores de incompatibilidade patrimonial ou de outros rastros ilícitos cognoscíveis por investigação convencional precedida da instauração de inquérito policial.

10. No cotejo das garantias constitucionais protetoras da intimidade e privacidade do indivíduo, pode-se dizer que o sigilo das comunicações telefônicas constitui uma das



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria-Geral de Justiça

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

liberdades públicas mais importantes do indivíduo, pois representa a exigência de livre expressão do pensamento externado durante a comunicação verbal, portadora dos segredos mais íntimos da pessoa humana. A seu turno, a proteção do sigilo bancário objetiva salvaguardar informações pessoais estáticas, em regra unipessoais, referentes à movimentação de fluxos monetários, de conhecimento das instituições financeiras e de seus prepostos. **Pela dicção constitucional, há uma forte proteção às comunicações telefônicas, de modo que seu fluxo somente pode ser interceptado para fins penais, o que não ocorre com o sigilo bancário, em que se permite até o compartilhamento de informações entre instituições financeiras.** Nessa medida, não soa desarrazoado afirmar que os fundamentos ensejadores da violação, pelo Estado, do sigilo financeiro e do sigilo telefônico devem ser sopesados de maneira distinta, razão que reforça a possibilidade de quebra de sigilo bancário apenas com base no relatório do COAF.

11. Se é justificável a determinação de quebra de sigilo bancário e fiscal com fundamento no relatório produzido pelo COAF, também o será a decisão que determina a busca e a apreensão de documentos, baseada na análise do conteúdo apresentado pelas informações decorrentes da medida judicial mais invasiva.

12. Em razão da forte proteção constitucional e, também, por exigência legal, firmou-se na jurisprudência a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

compreensão de que tanto a decisão que determina quanto a que prorroga a quebra do sigilo telefônico devem ser fundamentadas, não sendo admitido que esta última se dê de forma automática. Precedentes.

13. Habeas corpus concedido apenas para determinar seja descartado dos autos todo o material obtido a partir da primeira prorrogação automática, mantendo-se incólumes, contudo, aqueles elementos que derivaram dos primeiros quinze dias do primeiro período, ficando a cargo do Juízo a quo levar a efeito essa distinção, bem como reconhecer eventual consequência dela decorrente, preservadas, também, todas as provas decorrentes da busca e apreensão e da quebra de sigilo fiscal e bancário.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, prosseguindo no julgamento após o voto-vista do Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz concedendo parcialmente a ordem, em complementação ao voto-vista anterior, sendo acompanhado pelos Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro e Maria Thereza de Assis Moura, por maioria, conceder parcialmente o habeas corpus, nos termos do voto do Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz, que lavrará o acórdão. Vencidos os Srs. Ministros Nefi Cordeiro e Sebastião Reis Júnior, que não conheciam do pedido, mas concediam a ordem de ofício. Votaram com o Sr. Ministro Rogerio Schietti Cruz os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro e Maria Thereza de Assis Moura. (STJ – Processo: HC 349945/PE; Habeas Corpus; 2016/0049887-3;



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Relator: Ministro Nefi Cordeiro; Relator(a) p/ Acórdão:
Ministro Rogerio Schietti Cruz ; Órgão Julgador: Sexta
Turma; Data do Julgamento: 06/12/2016; Data da
Publicação/Fonte: DJe 02/02/2017).

No mesmo sentido se manifesta o Procurador da
República José Robalinho Cavalcanti, em assunto objeto de sua dissertação
de Mestrado na UNB:

"Portanto, existem as UIF's [unidades de inteligência financeira]- e o COAF em particular -, ao menos sob o prisma e no subsistema preventivo e repressivo (há também, como visto, o subsistema preventivo e regulador), essencialmente para alimentar e subsidiar as instituições encarregadas da persecução penal, visando a punição e combate ao crime de lavagem de dinheiro.

Não há como afastá-las, pois, do sistema estatal de combate, repressão e punição ao crime. Muito ao contrário, mesmo quando não exercitam diretamente qualquer função repressiva, existem e trabalham as UIF's, de forma precípua, para a prevenção, investigação e repressão ao delito de lavagem de dinheiro.

Ao coletar, ou exigir, e, identificando indícios de atividade ilícita, depois fornecer informações de movimentação bancária de empresas e indivíduos a autoridades que são e serão responsáveis pela persecução penal – seja em seu país, seja alhures -, uma UIF está, desde logo, participando da estrutura de repressão penal, mais exatamente em atividade de análise e diagnóstico, ou seja, de atividade investigativa, mesmo que ainda preliminar. E, nunca despiciendo repetir, essa participação (na repressão ao crime de lavagem de dinheiro) é sua razão mesma de existir.

Neste sentido, portanto, se pelo fato de não ter o encargo direto de reprimir o crime, ou de instruir um processo criminal, individualizando condutas e identificando a materialidade delitiva, o que faz vier a ser



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria-Geral de Justiça

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado GAECO

denominado 'Inteligência', e não 'Investigação', isso não torna a UIF diferente, perante o direito - e diante, em particular, da proteção à privacidade do investigado -, da Polícia Judiciária ou do Ministério Público. E, da mesma forma, um relatório ou informe de inteligência financeira tem de ser tratado, processualmente, da mesma forma e sob as mesmas regras que regem qualquer notícia-crime ou informação que chega aos órgãos de persecução. Podem, e devem, pois, ser obrigatoriamente ser incorporados aos cadernos apuratórios, seja, eles peças de informação ou procedimentos investigativos criminais Ministeriais, ou inquéritos policiais.

(...)

Em primeira ordem, sejam os relatórios emitidos para a Polícia Judiciária, como também, com mais forte razão legal ainda, ao Ministério Público, são encaminhados pelo COAF por força de lei, e em razão das funções públicas de cada órgão. São, pois, informes e inícios de provas legais, recebidos no exercício das funções públicas, e em razão destas, e que, portanto, podem e devem ser utilizados (não há razão alguma no ordenamento para que assim não fosse) para todos os fins e prerrogativas da Polícia e do Ministério Público, dentre as quais está, com destaque, a de inaugurar e presidir, a primeira, e de requisitar, supervisionar e receber, o segundo, os inquéritos policiais (forma típica, embora não única, de investigação). Portanto, podem e devem, repita-se à exaustão, serem os RIFs incorporados e utilizados na persecução criminal formal."

(CAVALCANTI, José Robalinho; O Sistema Nacional Antilavagem de Dinheiro e seus Atores.in DE CARLI, CARLA VERÍSSIMO (org); Lavagem de Dinheiro: Prevenção e Controle Penal, 2ª edição. Porto Alegre, Verbo Jurídico, 2013, pg. 148/149).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Assim é que, considerando a dificuldade operacional de se processar e analisar os pedidos de afastamento de sigilo bancário, foi constituída, na Coordenadoria de Segurança e Inteligência, a Divisão de Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção (MPRJ/CSI) que, dentre outras atribuições, processa todos os dados bancários objeto de apuração pelo Ministério Pùblico do Estado do Rio de Janeiro, desde que as informações sejam encaminhadas no formato tecnológico adequado, que já é de conhecimento das principais instituições bancárias estabelecidas no País. Assim, a partir do momento em que se verificou a necessidade de se obter o afastamento do sigilo bancário de alguns investigados, foi protocolado na MPRJ/CSI o Pedido de Cooperação Técnica que recebeu o **número 012-MPRJ-000358-95.**

A metodologia operacional para análise dos dados bancários encontra-se devidamente descrita no Memorando de Instrução - MI 001 - ASSPA/PGR, disponível no endereço eletrônico <https://asspaweb.pgr.mpf.g>.

Desta forma, r. o Ministério Pùblico:

IV. A) A decretação do afastamento do sigilo bancário, com a **vinda dos dados cadastrais, bem como registros de todas as operações financeiras** previstas no artigo 5º, §1º, da Lei Complementar nº 105/2001, inclusive extratos de contas bancárias e cópias microfilmadas dos respectivos títulos e documentos relativos a tais operações, emitidos e recebidos, **no período de 01/07/2016 a 25/10/2018, no prazo de 30(trinta dias), oficiando-se às instituições financeiras indicadas**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça

**Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO**

pelo BACEN no item IV. A, em relação a: **MARCELLO MORAES SICILIANO, CPF: 016.389.927-46, bem com das empresas: 1) NEST662 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 07.872.455/0001-46; 2) LA MIA VITA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ: 20.330.027/0001-50; 3) MM INDÚSTRIAS GRÁFICAS LTDA, CNPJ: 10.546.732/0001-35; 4) SAVE SERVIÇO AÉREO DE VIGILÂNCIA ESTRATÉGICA LTDA, CNPJ: 28.385.887/0001-00; 5) WMW COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 86.994.449/0001-38.**

Caso o afastamento do sigilo bancário seja deferido por Vossa Excelência, requer seja oficiado ao Banco Central do Brasil, para que:

IV.B) Efetue pesquisa no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) com o intuito de comunicar exclusivamente às instituições financeiras com as quais os investigados têm ou tiveram relacionamentos no período do afastamento do sigilo bancário, acelerando, assim, a obtenção dos dados junto a tais entidades.

IV.C) Transmite em 10 dias à Divisão de Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção da Coordenadoria de Segurança e Inteligência – MPRJ/CSI, observando o modelo de leiaute e o programa de validação e transmissão previstos no endereço eletrônico <https://asspaweb.pgr.mpf.gov.br>, cópia da decisão/ofício judicial digitalizado e todos os relacionamentos dos investigados obtidos no CCS, tais como contas correntes, contas de poupança e outros tipos de contas (inclusive nos casos em que o investigado apareça como co-titular, representante, responsável ou procurador), bem como as aplicações financeiras, informações referentes



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

a cartões de crédito e outros produtos existentes junto às instituições financeiras.

IV.D) Comunique imediatamente às instituições financeiras o teor da decisão judicial de forma que os dados bancários dos investigados sejam transmitidos diretamente à Divisão de Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção – MPRJ/CSI, no prazo de 30 dias, conforme modelo de leiaute estabelecido pelo Banco Central na Carta-Circular 3.454, de 14 de junho de 2010 e determinado às autoridades judiciárias pela Corregedoria Nacional de Justiça por meio da Instrução Normativa nº 03, de 09 de agosto de 2010.

IV.E) - Comunique imediatamente às instituições financeiras o teor da decisão judicial de forma que os dados bancários dos investigados sejam submetidos à validação e transmissão descritos no arquivo MI 001 – Leiaute de Sigilo Bancário, disponível no endereço eletrônico <https://asspaweb.pgr.mpf.gov.br>;

IV.F)– Informe às instituições financeiras que o campo “Número de Cooperação Técnica” seja preenchido com a seguinte referência: 012-MPRJ-000358-95 e que os dados bancários sejam submetidos ao programa “VALIDADOR BANCÁRIO SIMBA” e transmitidos por meio do programa “TRANSMISSOR BANCÁRIO SIMBA”, ambos disponíveis no endereço eletrônico <https://asspaweb.pgr.mpf.gov.br>;

IV.G) – Em caso de dúvidas, o endereço eletrônico para contato com a Divisão de Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção – MPRJ/CSI é: simba@mprj.mp.br, e para correspondências o endereço da MPRJ/CSI é o seguinte: Coordenadoria de Segurança e

43



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Inteligência/MPRJ – Av. Marechal Câmara, n.º350, 8.ºandar, Castelo, Rio de Janeiro, CEP:20020-080.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2018.

SIMONE SIBLIO DO NASCIMENTO
Promotora de Justiça
GAECO

LETICIA EMILE ALQUERES PETRIZ
Promotora de Justiça
23ª PIP - 1ª CI

DANIEL FARIA BRAZ
Promotor de Justiça
GAECO

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 17ª Vara Criminal
Av. Erasmo Braga, 115 L II sala 510CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap17vcri@tjrj.jus.br

67

Fls.

Processo: 0257242-95.2018.8.19.0001

Classe/Assunto: Pedido de Quebra de Sigilo Telefônico, de Informática e Telemática - Quebra do Sigilo Telefônico, de Informática Ou Telemática / Investigação Penal

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Inquérito 01079770/2018 29/10/2018 1ª Central de Inquéritos

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Raphaela de Almeida Silva

Em 29/11/2018

Despacho

Trata-se de medida cautelar de quebra de sigilo bancário, dados telefônicos e medida cautelar de busca e apreensão requerida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (GAECO) no procedimento em epígrafe com base nos argumentos expostos no Apenso Sigiloso.

Em resumo, narra o Ministério Público que há fortes indícios que Marcelo Siciliano, vereador da cidade do Rio de Janeiro, esteja envolvido na prática do crime de milícia privada previsto no artigo 288-A do Código Penal. Com base no que já foi apurado, requer o deferimento das cautelares elencadas às fls. 41/44 dos autos do apenso sigiloso.

É o breve relatório. Decido.

O investigado Marcelo Siciliano, investido no cargo de vereador, possui prerrogativa de foro no Tribunal de Justiça deste Estado previsto pela Constituição Estadual. O Supremo Tribunal Federal no julgamento da AP 937 firmou novo entendimento a respeito do foro por prerrogativa de função. Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o foro por prerrogativa de função conferido aos deputados federais e senadores se aplica apenas a crimes cometidos no exercício do cargo e em razão das funções a ele relacionadas.

Por óbvio, tal entendimento não se restringe apenas a deputados federais e senadores, devendo ser aplicado também a vereadores, como é o caso.

No entanto, neste julgamento, o Supremo Tribunal Federal não fez distinção entre crimes funcionais e crimes comuns. Pelo citado julgamento, conclui-se que somente prevalece o foro se o crime praticado estiver ligado de alguma maneira ao exercício das funções.

A análise ("crimes cometidos em razão da função") para fins de fixação a competência deverá ser feita caso a caso. Há, no entanto, que se ter prudência na análise da questão a fim de evitar eventual nulidade.

Aparentemente, o crime de milícia (Art 288-A do Código Penal) não tem qualquer relação com a função de vereador. No entanto, é possível que a função política seja utilizada para o domínio de grupos criminosos em determinadas áreas. É possível que o agente se utilize da estrutura pública

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 17ª Vara Criminal
Av. Erasmo Braga, 115 L II sala 510CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap17vcri@tj.rj.jus.br

para a arregimentar pessoas e praticar os mais variados delitos.

No caso exposto para análise, não há informações se há qualquer vínculo entre o cargo de vereador exercido pelo investigado e a prática dos crimes investigados.

Entretanto, a prova requerida na presente medida cautelar é irrepetível, o que exige uma maior cautela no seu deferimento.

É certo que o vínculo entre o crime e a função política muitas vezes só será descoberto após prática de atos de investigação e a produção de provas. Mas, caso seja identificado qualquer vínculo, haveria vício na prova, o que poderia gerar a nulidade dos elementos colhidos.

Verifico, ademais, que foi requerida a busca e apreensão no gabinete do vereador na Câmara Municipal do RJ, local em que o agente político exerce suas funções, o que me leva a crer que há suspeitas que o agente utilize-se de suas funções para a prática do delito apurado. E, sendo assim, estaria acobertado pela prerrogativa de foro, razão pela qual competente para apreciar a medida seria o Tribunal.

Isto, posto, com base nos fundamentos exposto, INDEFIRO A MEDIDA PLEITEADA, devendo o requerimento ser apreciado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Remetam-se os autos 23^a PIP do Ministério Público.

Rio de Janeiro, 29/11/2018.

Raphaela de Almeida Silva - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Raphaela de Almeida Silva

Em ____ / ____ / ____

Código de Autenticação: 4G1V.MIRZ.EECF.WC62

Este código pode ser verificado em: www.tj.rj.jus.br – Serviços – Validação de documentos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Procuradoria-Geral de Justiça

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

EXCELENTESSIMO JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CRIMINAL DA
COMARCA DA CAPITAL

SIGILOSO

Ref. MPRJ 2018.01079770
PIC nº 003/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, presentado pelo Grupo de Apoio Especializado no Combate ao Crime Organizado (GAECO) através dos Promotores de Justiça que esta subscrevem, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, requereu, na data de 29.10.2018 medida cautelar de quebra de sigilo bancário, quebra de sigilo de dados telefônicos e telemáticos e medida cautelar de busca e apreensão em face de MARCELO MORAES SICILIANO, vereador do Município do Rio de Janeiro, pelos motivos de fato e de direito alinhavados na manifestação encartada no volume sigiloso II.

Ocorre que as medidas foram indeferidas ao argumento de que estaria MARCELO MORAES SICILIANO acobertado pela prerrogativa de foro de função.

O Ministério Público requerer seja **reconsiderada** a decisão, tendo em vista que, data vénia, nos parece equivocada, na medida em que, conforme bem ressaltado na fundamentação da decisão, **não há qualquer indício de vínculo**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

entre o cargo de vereador exercido pelo investigado e os crimes, em tese, praticados.

Para evitar repetição desnecessária, reitera todos os fundamentos já consignados no item II da manifestação do MP, oportunidade em que discorreu sobre a competência deste Juízo para apreciar as medidas e a não ocorrência de crimes praticados no exercício da função.

De forma a corroborar o alegado, basta verificar as datas de entrada nas empresas, bem como as procurações e escrituras públicas lavradas em nome de MARCELO SICILIANO, desde o ano de 2009, muito anterior ao seu mandato.

Nesta toada, considerando que as ações delituosas supostamente cometidas por MARCELLO SICILIANO não guardam, ao menos por ora, qualquer relação com o exercício da função pública, pugna pela reconsideração da decisão e o deferimento das medidas cautelares pleiteadas.

Rio de Janeiro, 05 de dezembro de 2018.

SIMONE SIBLIO DO NASCIMENTO
Promotora de Justiça
GAECO

LETICIA EMILE ALQUERES PETRIZ
Promotora de Justiça
23ª PIP-1ª CI

DANIEL FARIA BRAZ
Promotor de Justiça
GAECO



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
COMARCA DA CAPITAL
JUÍZO DE DIREITO DA 17^a VARA CRIMINAL**

Processo nº 0257242-95.2018.8.19.0001

1 – Cuida-se de requerimento formulado pelo MP, no bojo de medida cautelar, visando à reconsideração da decisão de folha 45/45-verso.

2 – Em referida decisão, na qual se pleiteou medida cautelar de quebra de sigilo bancário, dados telefônicos, bem como cautelar de busca e apreensão restou assentado pela ilustre magistrada situação que, em sua visão, poderia ensejar competência originaria de 2º Grau.

3 – Não obstante tal consideração, restou indeferida a medida, ou seja, por questões relacionadas a competência a medida foi indeferida.

4 – Releva destacar que no presente pleito de reconsideração o MP faz consignar expressamente que “**não há qualquer indício de vínculo entre o cargo de vereador exercido pelo investigado e os crimes, em tese, praticados**”

5 – Já na decisão cuja reconsideração se pretende a ilustre magistrada registrou, *verbis*:

“Aparentemente o crime de milícia (artigo 288-A, CP), não tem qualquer relação

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'J' or similar letter.

com a função de Vereador. No entanto, é possível que a função política seja utilizada para o domínio de grupos criminosos em determinadas áreas. É possível que o agente se utilize da estrutura pública para arregimentar pessoas e praticar os mais variados delitos.

No caso exposto para análise, não há informações se há qualquer vínculo entre o cargo de Vereador exercido pelo investigado e a prática dos crimes investigados. Entretanto, a prova requerida na presente medida cautelar é irrepetível, o que exige uma maior cautela no seu deferimento”

6 – Da leitura cuidadosa dos requerimentos cautelares, em verdade, concordamos com a ilustre magistrada no sentido de que não transparece absolutamente nada a indicar relação dos fatos investigados (GRILAGEM DE TERRAS) com o exercício da função de Vereador por parte de Marcelo Siciliano.

7 – Em verdade, se apura, em linhas gerais, a utilização de empresa de incorporação imobiliária de que é sócio o Vereador Marcelo Sicilliano para lavagem de dinheiro obtido em atividades criminosas da milícia, não existindo qualquer referência, mínima que seja, a prática de qualquer conduta por parte do Vereador Marcelo Siciliano relacionada com o exercício da função de Vereador da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.



8 - A referência feita na decisão, cuja reconsideração se pretende, ao cuidado necessário na produção de provas irrepetíveis, não nos parece, *rogata máxima vénia*, acarretar qualquer influência na definição da competência, a qual merece ser tratada a partir dos elementos probatórios presentes no momento de se avaliar a questão da competência.

9 - Neste sentido, reiterados Acórdãos de nossas Cortes Superiores:

"Ementa: AGRAVO REGIMENTAL -
ALEGAÇÃO DE USURPAÇÃO DE
COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL
FEDERAL - FORO POR PRERROGATIVA DE
FUNÇÃO - HIPÓTESE NÃO
CARACTERIZADA - INQUÉRITO
INSTAURADO CONTRA PESSOAS FÍSICAS
E JURÍDICAS SEM PRERROGATIVA -
ENCONTRO FORTUITO DE ELEMENTOS
INDICIÁRIOS - A SIMPLES
CIRCUNSTANCIA DE O PARLAMENTAR
SER SÓCIO DA EMPRESA INVESTIGADA
NÃO É SUFICIENTE PARA FIRMAR A
COMPETÊNCIA DESTA SUPREMA CORTE -
REMESSA REGULAR DO FEITO - FASE
EMBRIONÁRIA DAS INVESTIGAÇÕES -
NULIDADE NÃO RECONHECIDA - AGRAVO
AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. I - Ao
tomar conhecimento de que poderia
haver, potencialmente, o envolvimento
de autoridades com foro privilegiado nas
condutas investigadas, tanto a autoridade



policial responsável pelas investigações, quanto o próprio Ministério Público foram diligentes e não agiram propositalmente para manter, artificialmente, as investigações no primeiro grau de jurisdição; II - O roteiro descrito nos autos revela, de forma segura, que, na verdade, houve o encontro fortuito de elementos meramente indiciários da prática, em tese, de ilícitos penais por parte de autoridade com foro por prerrogativa de função; III - **A simples circunstância de o parlamentar ser sócio da empresa investigada não é suficiente para firmar a competência desta Suprema Corte.** Assim, ao contrário do que sustentado pela defesa, não houve supressão da competência do Supremo Tribunal Federal, ainda mais nesta fase embrionária de apuração dos fatos. IV - Agravo regimental a que se nega provimento.

(Inq 4183 AgR, Relator(a): Min.
RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda
Turma, julgado em 21/03/2017,
ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-074 DIVULG
10-04-2017 PUBLIC 11-04-2017)"

10 - Deste primeiro Acordão colacionado, se extrai, em exegese evidente, que até que se apresente algum dado concreto que

relacione a suposta prática delitiva com a função pública do detentor de foro por prerrogativa, o que se tem, a partir da nova orientação prestigiada por nossas cortes Superiores (STF, AP nº 937, AP 914, INQ 4183; STJ, AgRg na APn 862 / DF, QO na APn 839 / DF, APn 881 / DF) é a atribuição do Ministério Público e a competência do juiz de primeiro grau de jurisdição.

11 – Deste modo, o que releva para fixação de competência é a base probatória concreta presente no momento da provocação da tutela jurisdicional, sendo descabida qualquer conjectura não alicerçada em base fática e que exigiria do magistrado algo como assessoria esotérica capaz de buscar no futuro incerto o que por ora não existe.

12 – Nesta linha, destacamos elucidativo aresto do egrégio Superior Tribunal de Justiça, colhido a esmo:

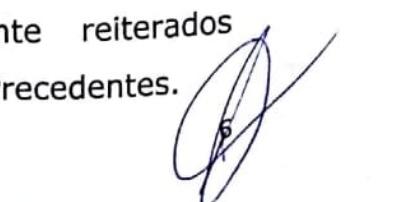
"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. PECULATO. USURPAÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. DECISÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NULIDADE. PRORROGAÇÕES SUCESSIVAS. LEI N. 9.296/1996. PRAZO DE VALIDADE. JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. COMPLEXIDADE DO CASO CONCRETO. IMPRESCINDIBILIDADE DAS SUCESSIVAS INTERCEPTAÇÕES. PROVIMENTOS JUDICIAIS FUNDAMENTADOS. REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS PRELIMINARES ANTERIORES. INDÍCIOS DA PRÁTICA DE

CRIME POR AUTORIDADE COM FORO PRIVILEGIADO. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO QUE DECRETOU A INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. NÃO CONFIGURAÇÃO DE NULIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

(...)

3. Noutro vértice, considerando que não havia indícios suficientes ainda, da prática de crime por autoridade com foro por prerrogativa de função, na medida em que, o então prefeito sequer era alvo das interceptações telefônicas e, sobretudo, que, tão logo detectados elementos a sugerir a ocorrência de delitos por ele perpetrados, determinou-se a remessa de cópia integral dos autos à Procuradoria-Geral de Justiça, correto mostra-se o acórdão atacado ao deixar de reconhecer alegada nulidade por incompetência do juízo.

De qualquer sorte, a modificação da conclusão das instâncias ordinárias, para se afirmar a existência de supostos indícios de prática criminosa pelo então Prefeito Municipal, demandaria profunda análise do acervo fático probatório, providência inviável na estreita via do habeas corpus, consoante reiterados precedentes desta Corte. Precedentes.



Habeas corpus não conhecido.

(HC 397.506/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 30/10/2018) ”.

13 – Por conseguinte, nos parece irrefutável a competência deste juízo de primeiro grau para a análise dos requerimentos de medias cautelares formulados pelo MP, vez que, o que se apura neste procedimento investigatório criminal é a ocorrência, em tese, do crime de organização criminosa orientada a perpetração de delitos tipificados na Lei nº 6766/79, além de falsidade ideológica e documental, em área geográfica situada na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente no Bairro do Recreio dos Bandeirantes, Vargens, Guaratiba, Terreirão e adjacências.

14 – Deste modo, acolhe-se o pedido de reconsideração, na medida em que da leitura detida dos autos do procedimento investigatório exsurge um conjunto de condutas investigadas que não apresentam qualquer relação com exercício da vereança de Marcelo Siciliano, resumindo-se sua suposta participação na utilização da empresa de que é sócio para o branqueamento de capitais obtidos a partir de práticas delitivas perpetradas por milícias.

15 – Passa-se, então à análise dos pleitos, a partir do requerimento de medida cautelar de quebra de sigilo bancário.

16 – De fato, o MP pugna pelo afastamento do sigilo bancário, com a **vinda dos dados cadastrais, bem como registros de todas as operações financeiras** previstas no artigo 5º, §1º, da Lei Complementar nº 105/2001, inclusive extratos de contas bancárias e cópias microfilmadas dos respectivos títulos e documentos relativos a tais operações, emitidos e recebidos, **no período de 01/07/2016 a 25/10/2018, no prazo de 30(trinta)**

dias), oficiando-se às instituições financeiras indicadas pelo BACEN no item IV. A, em relação a: MARCELLO MORAES SICILIANO, CPF: 016.389.927-46, bem com das empresas: 1) NEST662 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 07.872.455/0001-46; 2) LA MIA VITA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ: 20.330.027/0001-50; 3) MM INDÚSTRIAS GRÁFICAS LTDA, CNPJ: 10.546.732/0001-35; 4) SAVE SERVIÇO AÉREO DE VIGILÂNCIA ESTRATÉGICA LTDA, CNPJ: 28.385.887/0001-00; 5) WMW COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 86.994.449/0001-38.

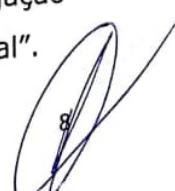
17 – Quanto a este pedido, assim como no que cuida dos pleitos de quebra de sigilo de dados telefônicos e telemáticos, cabível uma breve digressão sobre a questão do sigilo de dados, eis que exatamente este o aspecto abordado.

18 - O texto constitucional em vigor prevê no artigo 5, inciso X, **in verbis**:

"são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

19 - Por sua vez o inciso XII, do mesmo artigo 5, dispõe ser:

"inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, **de dados** e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal".



**instrumento de salvaguarda de
práticas ilícitas..."**

31 - Assim, como vem se posicionando nossa doutrina, é perfeitamente possível a quebra do sigilo dos dados, notadamente quando decorrente de requerimento do Ministério Público, vez que tanto a Lei Complementar 75/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União) e Lei 8625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) conferem suporte legal a relativização deste sigilo.

32 - No mais, quanto aos dados em poder de instituições bancárias e empresas administradoras de cartões de crédito, vem à matéria amplamente regulamentada pela Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001, a qual considera, em seu artigo 1º, §1º, incisos I e VI, como instituições financeiras, tantos os "bancos de qualquer espécie", quanto as "administradoras de cartões de crédito".

33 - Mencionada Lei Complementar 105/01, em seu artigo 1º, parágrafo 4º, admite que **"A quebra de sigilo poderá ser decretada, quando necessária para apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, (...)"**. Neste aspecto por demais relevante a lição do prestigiado doutrinador Guilherme de Souza Nucci, *verbis*:

"outra anotação importante deve-se à listagem dos crimes feita nos incisos I a IX do §4º. Foi feita, na essência, de maneira desnecessária. Mciona-se que a violação de sigilo pode ser decretada para a apuração de qualquer ilícito. Em seguida, insere-se: 'especialmente nos seguintes crimes', o que servirá como

autor e obra citados, ed. Revista dos Tribunais, pág. 91/92).

29 - Não diverge o ensinamento, sempre portador da boa lição, de Ada Pelegrini Grinover, ao afirmar ser sabido de todos "na doutrina constitucional moderna, que as liberdades públicas não podem ser entendidas em sentido absoluto, em face da natural restrição resultante do princípio da convivência das liberdades , pelo que não se permite que qualquer delas seja exercida de modo danoso à ordem pública e as liberdades alheias" (autora citada, Novas Tendências no Direito Processual, Forense Universitária-RJ, 1990, pág. 60).

30 - O Egrégio Supremo Tribunal Federal, em Acórdão esclarecedor, tratou do tema em análise e decidiu pela possibilidade de interceptação de correspondência de preso, encampando a tese de que o sigilo da correspondência, como todos os demais, não é absoluto, como se vê no Arresto relatado pelo culto Ministro Celso de Melo:

11

"... A administração penitenciária com fundamento no interesse da segurança pública, de disciplina prisional ou de preservação da ordem jurídica, pode, sempre excepcionalmente, e desde que respeitada a norma inscrita no artigo 41, parágrafo único, da Lei 7210/84, proceder à interceptação da correspondência remetida pelos sentenciados, eis que a cláusula tutelar da inviolabilidade do sigilo epistolar não pode constituir

Federal, e o próprio ordenamento jurídico por ela sustentado e legitimado, um sistema que, como tal, pressupõe harmonia na convivência entre seus princípios e normas.

27 - Assim, ainda quanto àqueles direitos constitucionais fundamentais para os quais a Constituição Federal não estipulou expressamente os casos de intromissão na esfera protegida, tal intromissão será admissível sempre que estiver em confronto com outro direito constitucionalmente assegurado.

28 - Nessa linha o prestigiado Luiz Flávio Gomes, na obra INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, aduz que:

"A razão dessa aparente aporia reside no seguinte: há direitos fundamentais submetidos expressamente à reserva de lei restritiva; de outro lado, há direitos fundamentais não submetidos expressamente à reserva de lei restritiva. Na primeira hipótese, seja uma reserva de lei simples, seja qualificada, sem ela, o dispositivo constitucional não possui plena eficácia. Já na segunda hipótese, cabe considerar que os direitos fundamentais não são absolutos. Logo, somente **prima facie** não estão sujeitos a limitações. É falsa, como diz Suzana de Toledo Barros, "a idéia de que os direitos fundamentais não sujeitos à reserva de lei restritiva expressa seriam insuscetíveis de qualquer restrição ... Fala-se então de limites constitucionais não-escritos ou de limites imanentes"(

20 - Da análise do texto constitucional depreende-se com irrefutável clareza que a Constituição Federal amparou ao velar pela intimidade e vida privada, o sigilo dos dados, desdobramento incontestável do conceito genérico denominado direito da personalidade.

21 - Por conseguinte, cumpre desde logo responder ao seguinte questionamento: é admissível em algum caso a restrição a direito fundamental? Ou de outra forma: são tais direitos absolutos?

22 - Vê-se pela parte final do inciso XII, artigo 5, que o próprio legislador constituinte fez inserir no texto caso de "quebra" de sigilo constitucionalmente protegido.

23 - Porém, tal assertiva não soluciona a questão de forma geral, eis que remanescem outros direitos fundamentais para os quais o texto constitucional não autorizou de maneira expressa qualquer inserção no raio de proteção que estabeleceu.

24 - Poder-se-ia concluir que onde a Constituição não autorizou, em verdade vedou.

25 - Nada mais errado, pois, ***verbi gratia***, quanto ao sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, incontroverso o entendimento de que não estão atingidas pela parte permissiva do dispositivo, que aduz:

"salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal".

26 - Seriam, portanto, direitos absolutos, insuscetíveis, sob qualquer fundamento, de sofrer limitações? Sinceramente cremos que não, e tal orientação deriva da premissa de ser a Constituição

ênfase, mas não para constituir um rol taxativo.” (NUCCI, Guilherme de Souza. Leis Penais e Processuais Penais Comentadas. 5ª edição. São Paulo: RT, 2010, pg. 1131).

34 - Ultrapassada a questão referente à possibilidade de acesso aos dados, cumpre ingressar na análise do deste requerimento específico do MP, relativo ao acesso aos dados bancários.

35 - Destaque-se, inicialmente, que referida investigação visa apurar ilícito envolvendo à atuação de grupo paramilitar na grilagem de terras e consequente exploração de recursos naturais disponíveis, tais como água, pedra, saibro e areia utilizados para construções de condomínios ilegais, os quais sabidamente são explorados economicamente por estas organizações criminosas, mediante cobrança de taxas de seus moradores, na região da Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, mais precisamente nos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Vargem Pequena e Vargem Grande e Guaratiba.

36 - No requerimento o Ministério Público indica *fumus comissi delicti* a partir de robustos elementos informativos, valendo a transcrição parcial dos termos do requerimento, *verbis*:

“À frente da milícia que atua naquela região está o nacional WELLINGTON DA SILVA BRAGA, vulgo ECKO, o qual figura como investigado pela delegacia de homicídios da Capital pelos Crimes de Organização Crimiosa e homicídios, nos autos do Inquérito Policial nº 901-00114/2016 e 901-

00559/2014. Além destes procedimentos ECKO figura como investigado nos autos do IP 918-00486/2016; 035-10380/2017; 050-01930/2017, estando pendente mandado de prisão em seu desfavor.

Na linha sucessória da Organização Crimiosa temos o nacional LUIS ANTÔNIO DA SILVA BRAGA, vulgo ZINHO, irmão de ECKO. Registre-se que no ano de 2013, ZINHO foi preso pela Delegacia de Homicídios da Capital, pela prática de homicídio tentado, receptação e porte de munição e carregadores, nos autos do Inquérito Policial nº 901-00638/2013. Já em 2015, ZINHO foi preso pela DRACO, em operação realizada em Paciência, por porte ilegal de arma de fogo e formação de quadrilha.

Na linha investigatória ora perseguida destaca-se que em 2017, ZINHO foi arrolado como testemunha nos autos do RO 036-00159/2017 (parcelamento de solo urbano). Em depoimento prestado afirmou estar no local aguardando por um amigo, alegando desconhecer o proprietário do terreno. No entanto, a segunda testemunha arrolada JHONATAN FLORÊNCIO BARBOSA, fora identificado como um dos comparsas de ECKO e figura como investigado nos autos do Inquérito Policial nº 901-00114/2016, em tramitação na Delegacia de Homicídios.

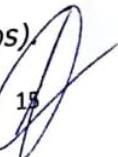


Prosseguindo nas investigações apurou-se que o Vereador MARCELLO SICILIANO detém forte influência na área de Vargens e Guaratiba, sendo apontado por seu envolvimento na exploração ilegal de terras daquela região.

Em diligências determinadas fora realizada consulta junto ao CENSEC (Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados), sendo levantada a existência de 29(vinte e nove) procurações e escrituras lavradas em nome de MARCELLO SICILIANO, desde o ano de 2009 conforme se compra a pesquisa anexada às fls.44/47, do APENSO II.

Sem prejuízo, expedidos ofícios ao 5º e 6º Ofício de Registro Distribuidor foram apontados diversos registros de Promessas de Compra e Venda em nome de MARCELLO SICILIANO, nas nevrálgicas áreas já mencionadas, como de amplo domínio de milícia privada, notadamente VARGENS e GUARATIBA, conforme demonstram os docs acostados às fls.47/69, do APENSO I.

Vê-se que MARCELO SICILIANO possui extensa ingerência naquela área, tendo participação ativa na questão da exploração da posse das terras. Fato é que o investigado aparece em mais de 80(oitenta) transações imobiliárias envolvendo a cessão de terras em áreas compreendidas pelo domínio de milícia, nos últimos 10(dez anos).



18

Assim é que, os vínculos entre outorgante e outorgado nas inúmeras transações realizadas e os títulos de posse e propriedade referidos estão sendo apurados.

Traz-se à baila algumas transações celebradas por MARCELO SICILIANO, bem como personagens das negociatas, ainda sob investigação, inclusive visando identificar eventuais laranjas:

1) ALFREDO LOPES DE SOUZA, CPF 43008763715
Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565
(fração)

Grande Empresário, além de figurar como Presidente da ACIR (associação comercial e industrial do Recreio e Vargens)Presidente da associação brasileira da indústria dos hotéis do Rio de Janeiro; Presidente da SINDFLAT ASS APART HOTÉIS do RJ ; Diretor da GSI shoppings Participações SA, Presidente ACBS.

2) FRANCISCO JUCIER BARBOSA DE OLIVEIRA,
CPF 93714769749

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565
(fração)

Candidatou-se ao cargo de VEREADOR de BELFORD ROXO, Sócio administrador da empresa Atacadão Zz Utilidades (Comercio De Utilidades Domésticas De Nova Iguacu Ltda). Tem passagem criminal 121 CP (036-06175/20005) ; Porte Ilegal



(054-0631/2016); Apropriação indébita (077-04860/2012; Duplicata Simulada (056-02561/2004

3) ESTEVAM RICARDO RADO ZADIAN, CPF 00401487776

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565 (fração)

Sócio adm Drogaria RIBONE(Recreio e Ilha de Guaratiba); Sócio adm Wings Serviços Aeronáuticos LTDA; Vinculo empregatício com Helistar Taxi Aéreo.

4) JOÃO BOSCO CHARRA, 32451075791

Outorgante Promessa de compra e venda sítio 565 João Bosco Charra, figura como outorgante Promessa de cessão de direitos aquisitivos, em favor de Marcelo Siciliano e sua esposa, João Bosco já falecido, porém seu filho, João Bosco Charra Jr., possui empresas (Villas Boas Terraplanagem) e (Aporuma Emp. Imobiliários) incorporadora nos bairros Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá (CDD).

5) LUIZ ROBERTO FARZAD CABRAL, CPF 74349430768

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565 (fração)

Sócio Adm, Empresa PREMIER VIP CAR (locação de veículos). Recreio ROWEB: 908-08341/2005 -

ENVOLVIDO Adulteração de Sinal Identificador de Veículo;

018-02711/2009 -ENVOLVIDO Apreensão veiculo estelionato

037-01120/2012-02 -ENVOLVIDO Posse /porte ilegal arma de fogo.

6) PAULO EDUARDO FARZAD CABRAL, CPF
819005627-15

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565 (fração)

Sócio da Empresa PREMIER VIP CARD(locação veículos)Recreio -Policial Civil

7) ANDRÉ ABELHA DUTRA, CPF 07170136775
Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565 (fração)

EMPRESÁRIO, possuindo empresas no RJ E SP . Sócio Diretor , empresa de incorporação imobiliária (LUCIMAR RESIDÊNCIAS)Diretor do IBRADIM- SP , Sócio adm do escritório CASTIER & Abelha Associados.

8) ANNA BEATRIZ ESCOBAR RIBEIRO, CPF
89215605720

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565 (fração)



18

Servidora pública da prefeitura RJ(PROFESSORA) , tem arma registrada na categoria de defesa pessoal .

9) CARLOS ALBERTO TENÓRIO DE ALMEIDA, CPF 83245138768

Outorgado Promessa de compra e venda de terra no lugar denominado cafunda em Vargem Grande Empresário no ramo de engenharia, CAT DE ALMEIDA ENGENHARIA E IMPERMEABILIZAÇÃO.

*10) MARCO ANTONIO COLLYER, CPF 60781840759
Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565 (fração)*

Empresário, morador de vargens , estrada do caminho da cascatinha 565, casa 37

11) EDSON SILVA MERCANTE, CPF 24500593772

Outorgante ESCRITURA DE Direitos aquisitivos Empresário no ramo Imobiliário, empresa e residência localizadas em JABOATÃO DOS GUARARAPES -PE

12) WAGNER VINICIUS NEVES DA SILVA, CPF 2796391710

Outorgado Promessa de compra e venda de uma área de terra no lugar denominado cafunda em Vargem Grande também identificada como Sítio 565.



19

*Oficial da Marinha, VINCULADO NO INFOSEG no
COMANDO DO MATERIAL DE FUZILEIROS NAVAIS*
13) VILMAR MALAQUIAS DA COSTA, CPF
48222429949

*Empresário ramos da construção civil, Foi sócio
gerente da empresa SUL BRASIL CONSTRUÇÕES -
Baixada*

*920-00649/2003 - AUTOR Estelionato-DECON ;
920-00965/2003 - AUTOR crime contra Ordem
Tributária;
920-00398/2004-02 Cumprimento de Mandado de
 prisão (precatória SP)*

14) EDUARDO JORGE CURI, CPF 43163165753

*Outorgado Promessa de compra e venda sitio 565
Servidor Público Ministério da Saúde*

15) GEOVANNA BRAGA BAZZETTI, CPF
27891240787

*Outorgado Promessa de compra e venda sitio 565
Empresária no ramo de Engenharia , Sócia
administradora da empresa GIOVANNA BRAGA
BAZZETTI*

16) JOSIMAR ANDRADE GUIMARÃES, CPF
68148453772

*Outorgado uma área de terra situada no lugar
denominada cafunda
Servidor Público Ministério da Fazenda*



17) MARCO AURÉLIO BRUNO ALBACETE
VELASQUES , CPF 77869869791

*Outorgado Promessa de cessão de direitos
aquisitivos imóvel situado na Estrada do Cafunda
1333 Vargem Grande*

*Empresário morador do Recreio , Sócio
administrador da empresa Notícias a Vapor
comunicação Integral*

18) RENATA CARVALHO BORELLI , CPF
70690782772

*Outorgado compra e venda sitio 565
Moradora da Área alvo da investigação, CAMINHO
DA CASCATINHA 565*

19) PAULO ROBERTO CARDOSO ZYGIER , CPF
74175165720

*Outorgado compra e venda sitio 565
EMPRESÁRIO comércio varejista de roupas
(ipanema , tijuca ,copacabana,) morador da área
alvo da investigação, CAMINHO DA CASCATINHA
565*

20) SAULO RAHAL, CPF 71503080749

*Outorgado Promessa de compra e venda sitio 565
Empresário no ramo Imobiliário, VILAS
LARANJEIRAS SPE E engenharia e arquitetura JRS
GERENCIAMENTO E PARTICIPAÇÕES LTDA*

21) WILZA CARLA NEGROMONTE TEIXEIRA , CPF
08928456789

Outorgante Cessão de Direitos Aquisitivos sítio 565

*Micro Empresária na região de Vargem Grande -
Figura na Cessão de Direitos Aquisitivos junto com
seu marido LEONARDO ANTONIO FERNANDES DA
SILVA , COMO INTERVENIENTE ANUENTE DE
MARCELO SICILIANO*

22) *LEONARDO ANTONIO FERNANDES DA SILVA,
CPF 02154616739*

*Outorgante Cessão de Direitos Aquisitivos sítio 565
Morador da área alvo da investigação, CAMINHO
DA CASCATINHA 565 FUNCIONÁRIO PÚBLICO
FEDERAL TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A
REGIÃO*

23) *ANA PAULA DUARTE DE LACERDA ABREU , CPF
95169830734*

*Outorgado Promessa de compra e venda sitio 565
Moradora da Área alvo da investigação, CAMINHO
DA CASCATINHA 565 ,e possui empresa de
Transporte escolar na Região (Tia Aninha)*

24) *VICENTE DE PAULO BESSERRA DE ARAUJO, CPF
05761794772*

*Outorgado Promessa de compra e venda sitio 565
Morador da Área alvo da investigação, CAMINHO
DA CASCATINHA 565*

25) *ANA LUCIA ALSCHEFSKY, CPF 86640399768*
Outorgado Promessa de compra e venda sitio 565
*Moradora da Área alvo da investigação, CAMINHO
DA CASCATINHA 565, possui empresa , Sócia*

*administradora das empresas: ENTRA E VISTA
ROUPAS LTDA E FRENTE ÚNICA COMERCIO DE
ROUPAS*

26) ALEXANDER GIUSEPPE SOARES, CPF
02862533726

*Outorgante Cessão de Direitos Aquisitivos sítio 565
Moradora da Área alvo da investigação, CAMINHO
DA CASCATINHA 565, possui empresa SÓCIO ADM
, ESQUADRIA - ESQUADRIAS DE FERRO E
ALUMÍNIO*

27) NILZA DA SILVA DURAO BORTOLOTTO

*Outorgante Cessão de Posse imóvel Av Gaspar de
Lemos, antiga estrada do engenho novo- ILHA DE
GUARATIBA*

*Micro Empresária na região do RECREIO - Figura
na Cessão de Posse -Terreno ILHA DE GUARATIBA*

28) IVONE SOARES, CPF 791449697-91

*Outorgado promessa compra e venda
Servidora Público Estadual-Secretaria do Estado
da Educação*

29) CARLOS HENRIQUE PINTO DE LEMOS, CPF
38601427715

*Outorgado promessa compra e venda sitio 565
Morador de Vargens, área alvo da investigação
Sócio administrador 02 empresas comércio
varejista de bebidas e comercio de alimentos
LTDA.*



28

30) AMANDO DA FONSECA JUNIOR, CPF
43970915791

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565
RO 042-06060/2018 -AUTOR AMEAÇA (...) ele
iria mandar "quebrar minhas pernas" caso eu
continuasse a interferir nos planos dele de
construção clandestina de apartamentos
irregulares no prédio onde sou proprietário, na Av.
Belizário Leite de Andrade Neto, 380. Disse que
nada adiantava eu fazer denúncia à Polícia e
Prefeitura pois ele tinha conhecimento e proteção
dos chefões. Disse também que aquele era o
último aviso que ele me dava.

31) ESVERALDINO ALVES TORINHO, CPF
45610312787

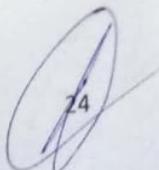
Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565
Sócio de uma instituição de ensino Pré-escola
SOTEPE

32) FABIOLA DA ROCHA PIRES, CPF 08070585722

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565
Moradora do Recreio, possuía empresa de
equipamentos, status baixada , sem mais
informações.

33) GUSTAVO CARRILHO LOPES, CPF
79543081700

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565



A handwritten signature in black ink, appearing to read "Gustavo Carrilho Lopes". A small number "24" is written near the bottom right of the signature.

*Profissional em TI , trabalha em empresa privada
no ramo de tecnologia*

34) JARBAS DO CARMO LOPES, CPF 04543602749

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565

35) SYLVIO LESA MONTEIRO , CPF 00645290700

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565

Morador das vargens , algumas empresas baixadas

-NI

*36) WALDEVAN JOSÉ DOS REIS, CPF
86997068715*

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565

*Sócio da empresa ADNA INDUSTRIA E COM DE
FECHOS LTDA, morador de Jacarepagua .*

*37) JOSE HILTON BARBOSA DE OLIVEIRA, CPF
7968764783*

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565

*Socio Adm. De empresas no ramo de
comercialização de produtos p utilidades Lar SO
OFERTA*

*38) MARLUCE XAVIER MAIA SICILIANO, CPF
98391291715*

esposa de Marcello Siciliano

*Aparece em diversas Promessas de compra e
venda como Outorgante juntamente com Marcello
Siciliano, Cafundá em Vargem Grande, sítio 565*

J
25

39) MARIO SICILIANO JUNIOR , CPF 33194289772

irmão de Marcello

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565

40) ANITA MARIA DE OLIVEIRA MONTEIRO, CPF
33194289772

sogra de Marcello Siciliano

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565

41) MARIA DA PENHA MORAIS SICILIANO, CPF
72146079720

mãe de Marcello Siciliano

Outorgado Promessa de compra e venda sítio 565

42) VAGNER EUFRASIO DE ABREU, CPF
81029543704

*Outorgante Promessa de compra e venda sítio 565
empresário e advogado*

43) ANDRÉ LUIZ ANET, CPF 91575702720

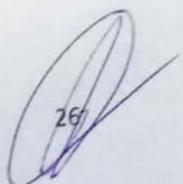
Outorgante - Ilha de Guaratiba

*empresário e advogado, possui diversas armas
registradas em seu nome*

44) ALOYSIO ALVES MACIEL NETO, CPF
29870500706

Outorgante Cascatinha, 565

*Dono de diversas clínicas médicas e psicologia que
prestam serviço ao Detran.*



26

45) GENTIL PEREIRA FERNANDES PINTOR, CPF
22155961715

*Outorgante Cascatinha, 565
empresário do ramo alimentício e auto escola*

46) SABRINA HARROUCHE GARCIA, CPF
80219756791

*Outorgante - Ilha de Guaratiba
proprietária de Haras, com passagem de posse
irregular de arma de fogo 006-04547/2011*

47) LUCILENE CLAUDINO DE LIMA, CPF
01289537720

*Outorgante Cascatinha, 565
Proprietária de farmácia*

48) WILLIAM JULIO NETTO DOS SANTOS, CPF
03530601780

*Outorgante cessão de direito de imóvel Cascatinha,
565
Proprietário de distribuidora de gás, foi candidato a
vereador e tem arma registrada em seu nome.*

49) ALVARO MACHADO TEIXEIRA NETO, CPF
04748750758

*Outorgado Cascatinha, 565
Tem escritório de contabilidade, empresa de obra e
material hospitalar. Tem RO por porte de arma
035-05321/2003*



Cumpre destacar que MARCELLO SICILIANO figura como sócio em 05(cinco) empresas, quais sejam: 1) NEST662 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 07.872.455/0001-46; 2) LA MIA VITA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ: 20.330.027/0001-50; 3) MM INDÚSTRIAS GRÁFICAS LTDA, CNPJ: 10.546.732/0001-35; 4) SAVE SERVIÇO AÉREO DE VIGILÂNCIA ESTRATÉGICA LTDA, CNPJ: 28.385.887/0001-00; 5) WMW COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 86.994.449/0001-38.

Acerca das empresas citadas cumprem tecermos algumas curiosidades. Percebe-se que 03 empresas em que SICILIANO aparece como Administrador possui como atividade "a incorporação de empreendimentos imobiliários" e "agenciamento em consignação", sendo estas as empresas: 1) NEST662 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 07.872.455/0001-46; 2) LA MIA VITA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ: 203300270001580 e 3) WMW COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 86.994.449/0001-38.

Registre-se que, em que pese a atividade desenvolvida pelas empresas NEST662 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA,

CNPJ: 07.872.455/0001-46 e LA MIA VITA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA, ambas com atividades voltadas para incorporação de empreendimentos imobiliários constam nos registros junto à Junta Comercial o mesmo endereço cadastrado, qual seja: Avenida das Américas, nº 17.500, BL02, apt. 410, conforme se observa nos docs. acostados às fls.08/09, do APENSO II.

Assim, em análise puramente superficial, percebe-se a existência de duas empresas em nome de MARCELO SICILIANO, com ramos de atividades similares, mas sediadas em um mesmo endereço, que, registre-se, se trata de um condomínio residencial no bairro do Recreio dos Bandeirantes.

Mas não é só. Em consulta formulada ao CAGED constatou-se que as empresas LA MIA VITA EMPREENDIMENTOS LTDA e MM INDUSTRIAS GRÁFICAS LTDA não foram sequer registradas, não havendo informações sobre eventuais funcionários em atividade nas empresas, se é que de fato existem. (vg. docs. de fls. 19, APENSO II)

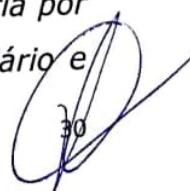
Da mesma forma, em relação à NEST662 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, em consulta ao CAGED, apurou-se que a empresa não

declarou vínculos de funcionários. (vg. docs. de fls.19, APENSO II)

Por fim, cumpre registrar que outras empresas em nome de SICILIANO foram levantadas, no entanto, já se encontravam inativas, a exemplo da empresa MARCELO MORAES SICILIANO MINERAIS, que possuía como principal atividade a extração de saibro e beneficiamento associado. (vg. fls.08v, APENSO II)

Em prosseguimento às investigações o COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) remeteu, em caráter sigiloso, relatório de inteligência financeira nº 37088.7.4592.6800, atinente à MARCELLO MORAES SICILIANO, dando conta de movimentações financeiras consideradas atípicas no período compreendido entre 01/07/2016 à 31/12/2016, totalizando no período assinalado R\$ 4.304.275,00 (quatro milhões, trezentos e quatro mil e duzentos e setenta e cinco reais), conforme se verifica às fls. 02/03, do APENSO II.

Em informações adicionais constantes no RIF, apontou-se que no período de 01.07.2016 a 31.12.2016 a conta de SICILIANO acolheu o montante de R\$ 2.141.704 (dois milhões, cento e quarenta e um mil e setecentos e quatro reais). Os créditos ingressaram na conta, em sua maioria por transferências identificadas como crédito salário e



A handwritten signature consisting of a stylized 'D' and 'O' shape, with a small '30' written near the bottom right of the 'D'.

recebimento de TEDs e depósitos em cheques. Chama a atenção os saques em espécie realizados em conta, o qual não se tem como identificar o real destino dos recursos. Neste sentido destaca-se transferência oriunda de MARIO SÉRGIO F DE SOUZA, CPF: 238.251.547-34 no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e uma transferência no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais) realizada por HENRIQUE FREIRE A M PENNA, CPF: 107.855.367-01. Não obstante, denota-se uma série de transferências e TEDs realizadas por pessoas físicas e jurídicas de ramos de atividade diversos a SICILIANO, em valores consideráveis.

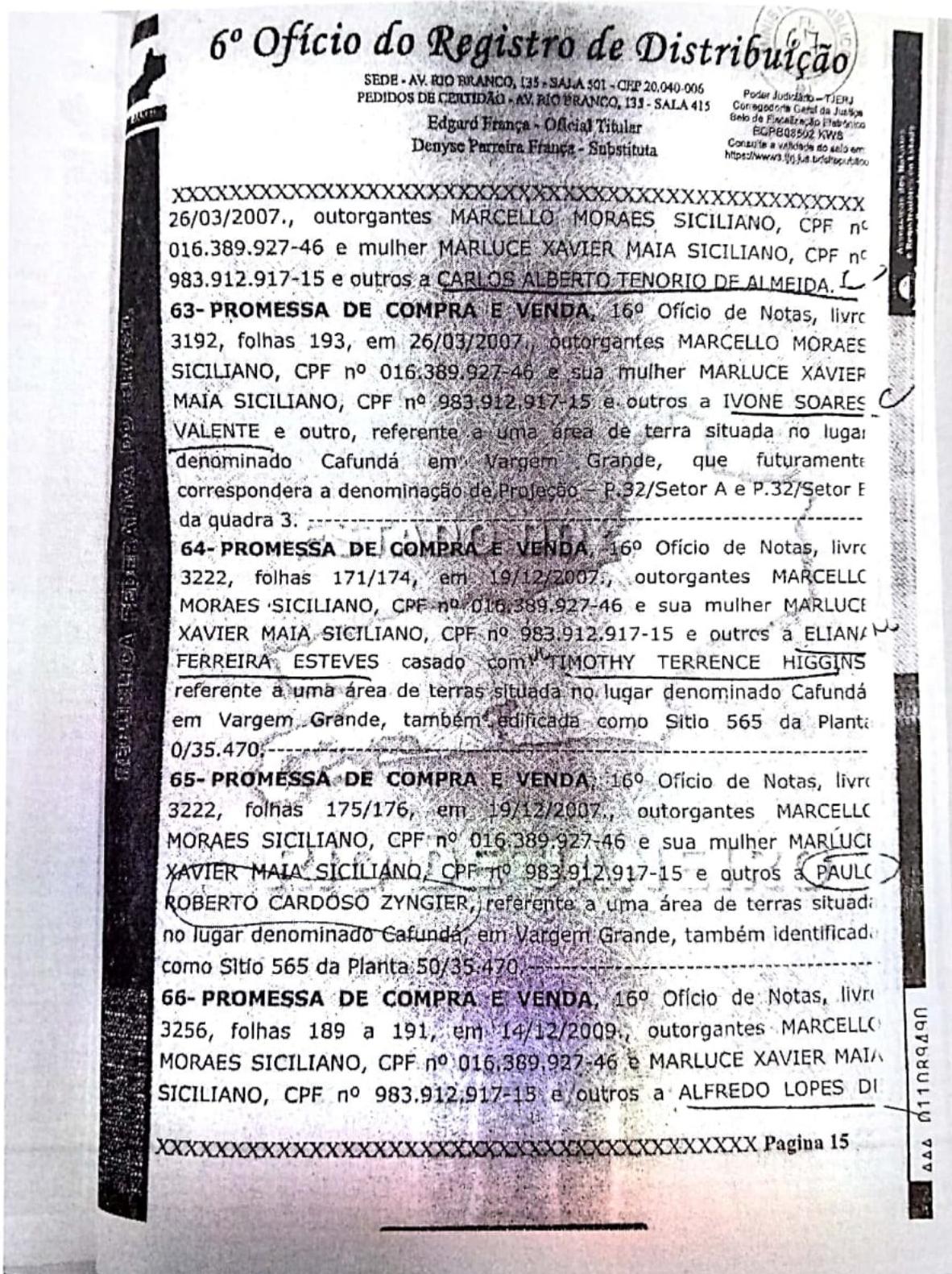
Não obstante, foram identificados saques em espécie no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), que tiveram como portador o nacional FRANCISCO CARLOS DO TANQUE GONÇALVES, CPF: 080.710.347-03. Registre-se ainda saque em espécie realizado pelo próprio SICILIANO, na data de 31/08/2016, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Assim o COAF, no enquadramento dos riscos e sinais de alerta ante as movimentações realizadas identificou: 1. Concentração de saques em espécie 2) Movimentação aparentemente incompatível com a renda mensal do cliente.”



31

37 - A título de exemplo, colaciona-se os seguintes documentos:



6110R94998

444

32

6º Ofício do Registro de Distribuição

SEDE - AV. RIO BRANCO, 135 - SALA 501 - CEP 20.040-006
PEDIDOS DE CERTIDÃO - AV. RIO BRANCO, 135 - SALA 415

Edgard França - Oficial Titular
Denyse Parreira França - Substituta

66
Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECPE08602 KWS
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tj.rj.jus.br/epublico>

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
MARLUCE XAVIER MAIA SICILIANO, CPF nº 983.912.917-15 e outros.----

58- PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS AQUISITIVOS, 16º Ofício de Notas, livro 3162, folhas 111/113, em 14/02/2006., outorgantes JOÃO BOSCO CHARRA a FABIOLA DA ROCHA PIRES, com interveniencia de MARCELLO MORAES SICILIANO, CPF nº 016.389.927-46 e sua mulher MARLUCE XAVIER MAIA SICILIANO, CPF nº 983.912.917-15 e outros, referente a fração do terreno situado no lugar denominado Cafunda em Vargem Grande, também identificada como Sítio 565 da Planta nº 50/35.470. -----

59- COMPRA E VENDA, 16º Ofício de Notas, livro 3190, folhas 099, em 08/09/2006., outorgantes MARCELLO MORAES SICILIANO, CPF nº 016.389.927-46 e sua mulher MARLUCE XAVIER MAIA SICILIANO, CPF nº 983.912.917-15 e outros a CARLOS HENRIQUE PINTO DE LEMOS, referente à fração da área de terra denominada Cafundá, em Vargem Grande. -----

60- COMPRA E VENDA, 16º Ofício de Notas, livro 3203, folhas 004/005, em 05/01/2007., outorgantes MARCELLO MORAES SICILIANO, CPF nº 016.389.927-46 e sua mulher MARLUCE XAVIER MAIA SICILIANO, CPF nº 983.912.917-15 e outros a MARIZETE MARIA DA SILVA, interveniente anuente USIMASTER PEÇAS DE PRECISÃO LTDA, referente a área de terras situada no lugar denominado Cafundá em Vargem Grande, também identificada como Sítio 565 da Planta 50/35.470. -----

61- PROMESSA DE COMPRA E VENDA, 16º Ofício de Notas, livro 3192, folhas 188/189, em 26/03/2007., outorgantes MARCELLO MORAES SICILIANO, CPF nº 016.389.927-46 e sua mulher MARLUCE XAVIER MAIA SICILIANO, CPF nº 983.912.917-15 e outros a ARNALDO DE SOUZA CARVALHO, referente a uma área de terra situada no lugar denominado Cafundá em Vargem Grande. -----

62- RE-RATIFICAÇÃO, 16º Ofício de Notas, livro 3192, folhas 186, em

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Pagina 14

SERVIÇO REGISTRAL

6º Ofício de Distribuição

Avenida Rio Branco, 135 sala 501 - Centro/RJ

BEL. EDGARD FRANÇA
OFICIAL



BEL. DENYSE PARREIRA FRANÇA
SUBSTITUTA

data 09/06/2016, outorgante ORLANDO OLIVEIRA DE ARAUJO, CPF N° 033.458.527-99, outorgado SONIA REGINA COUTINHO FERREIRA, CPF N° 673.054.827-49. -----

CONSTA em nome de **LUIS ANTONIO DA SILVA BRAGA, CPF N° 082.144.347-00**, o seguinte -----

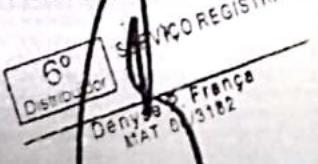
1 - CESSÃO DE DIREITOS POSSESSÓRIOS, 24º Ofício de Notas, Livro 7178, Folhas 115 a 116, Data 17/07/2014, Outorgante DIONISIO DO CARMO SILVA, Outorgado LUIS ANTONIO DA SILVA BRAGA, CPF N° 082.144.347-00, Interveniente ACAPS-AÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO PSICOSSOCIAL, há mais de (07) sete anos do imóvel situado na Estrada dos Colonos nº 03, Venda de Varanda, Paciência. -----

CONSTA em nome de **RENATA SIMÕES GONÇALVES BRAGA, CPF N° 105.518.317-58**, o seguinte: -----

1 - PROCURAÇÃO QUE VERSEM SOBRE BENS MOVEIS, IMÓVEIS E VALORES DE FORMA GERAL, 4º Oficio de Notas, Livro 4221 folha 173/174, data 11/01/2017, outorgado **RENATA SIMOES GONCALVES**, CPF N° 105.518.317-58, outorgante **MACLA EXTRACAO E COMERCIO DE SAIBRO EIRELI - EPP**, CNPJ N° 21.546.302/0001-30. -----

2 - PROCURAÇÃO QUE VERSEM SOBRE BENS MOVEIS, IMÓVEIS E VALORES DE FORMA GERAL, 4º Oficio de Notas, Livro 4287 folha 081/082, data 02/02/2018, outorgado **RENATA SIMOES GONCALVES BRAGA**, CPF N° 105.518.317-58, outorgante **SENNA TERRAPLANAGEM EIRELI**, CNPJ N° 29.571.939/0001-98. -----

Atenciosas Saudações,



34

6º Ofício do Registro de Distribuição

SEDE - AV. RIO BRANCO, 135 - SALA 501 - CEP 20.040-006
PEDIDOS DE CERTIDÃO - AV. RIO BRANCO, 135 - SALA 415

Edgard França - Oficial Titular
Denyse Parreira França - Substituta

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônica
ECPBD8502 KWS
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tj.rj.jus.br/leitepublico>

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
O REGISTRADOR DO 6º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE
E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO,
CERTIFICA E DÁ FÉ, QUE REVENDO EM SEU PODER E SERVIÇO E/OU
ASSENTAMENTOS RELATIVOS A:

- Escrituras Lavradas nos Serviços Notariais **pares**;
- Escrituras Lavradas nas Circunscrições de Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição notarial **pares**;
- Procurações em Causa Própria, lavradas nos Serviços Notariais e/ou de Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição notarial **pares**;
- Procurações Públicas em Geral, Substabelecimentos e Revogações, lavrados nos Serviços notariais e/ou de Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição notarial **pares**;
- Testamentos Públicos, Cerrados e Revogatórios lavrados e aprovados nos Serviços Notariais pares e/ou de Registro Civil das Pessoas Naturais com atribuição notarial **pares**;
- Contratos particulares, equiparados às escrituras públicas por força da lei;
- Contratos particulares translativos de direitos reais e procurações em causa própria relativos a estes direitos;
- Títulos de origem judicial translativos de direitos reais sobre imóveis;
- Escrituras lavradas em outras Comarcas, cujo imóvel tenha como circunscrição imobiliária esta comarca;
- Separações, Divórcios, Inventários e Partilhas lavrados nos Serviços Notariais **pares** e/ou nas Circunscrições de Registro Civil de Pessoas Naturais com atribuição notarial **pares** (Lei Federal nº 11.441/07), que

DESDE onze de setembro de mil novecentos e noventa e oito até onze de setembro de dois mil e nozeito, que deles **CONSTA** em nome de **MARCELLO MORAES SICILIANO, CPF Nº 016.389.927-46**, o seguinte:

1- PROMESSA DE CESSÃO DE DIREITOS, 18º Ofício de Notas, livro 6307 folhas 139/141 em 10/5/99, outorgantes SYLVIO LESSA MONTEIRO e outra a MARCELLO MORAES SICILIANO, CPF 016.389.927-46 e outros, ref Sítio 565 planta 50/35.470.

2- COMPRA E VENDA E CESSÃO, 22º Ofício de Notas, livro 2815 folha 002 em 22/2/2000, outorgantes BANCO DE CREDITO MOVEL e MARCELLO MORAES SICILIANO, CPF 016.389.927-46 e outros Intervenientes casal SYLVIO LESSA MONTEIRO, ref uma área de terra Cafundá c/39.440,00m².

3- PROMESSA DE COMPRA E VENDA, 16º Ofício de Notas, livro 3073 folhas 070 em 17/11/2000, outorgantes MARCELLO MORAES SICILIANO

Título	Básica	Certidão	Lei 3217/99	Lei 4664/86	Lei 111/00	Lei 6281/12	Lei 6370/12	Lei 7125/15	TOTAL
201833859	38.70	39.70	15.68	3.91	3.91	3.13	0.79	4.17	110.01
201833924									

BUSCA: SG Expedido por: CM/DX

13 + folha(s) Excedente(s) 0,85,40 = 205,41

Pesquisa de Escrituras / Bens

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXX Pagina 1

35

38 - Deste modo, pode-se concluir que MARCELO SICILIANO possui extensa ingerência naquela área, tendo participação ativa na questão da exploração da posse das terras, registrando-se que há indicativo de que o investigado aparece em mais de 80 (oitenta) transações imobiliárias envolvendo a cessão de terras em áreas compreendidas pelo domínio de milícia, nos últimos 10(dez anos).

39 - Prosseguindo, faz-se o registro de que o investigado Marcelo Siciliano é sócio de diversas empresas com atividades voltadas ao ramo imobiliário e que o relatório de Inteligência Financeira encaminhada pelo COAF demonstra movimentações financeiras com valores vultuosos identificadas na conta corrente de MARCELLO SICILIANO, no período compreendido entre o dia 01/07/2016 e 31/12/2016, onde este teria recebido o montante de R\$ 2.141.704 (dois milhões, cento e quarenta e um mil e setecentos e quatro reais), cujos créditos ingressaram na conta, em sua maioria por transferências identificadas como crédito salário e recebimento de TEDs e depósitos em cheques.

40 - Frise-se que tal valor se revela incompatível com a renda declarada por SICILIANO.

41 - Em folha 19, do apenso II, constata-se ausência de registro das empresas LA MIA VITA EMPREENDIMENTOS LTDA e MM INDUSTRIAS GRÁFICAS LTD e ausência de declaração de vínculos empregatícios de qualquer funcionário com a empresa NEST662 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

42 - O que até aqui exposto denota que os fatos se enquadram em situação suspeita e de risco de lavagem de capitais, conforme Recomendação 10 do GAFI, *verbis*:

"H. Abordagem baseada em risco:


86

15. Existem circunstâncias em que o risco de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo é mais alto, e devem ser adotadas medidas reforçadas de DDC. Na avaliação dos riscos de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo relativo a tipos de clientes, países ou áreas geográficas, e produtos, serviços, transações e canais de entrega em particular, entre os exemplos de situações com risco potencialmente mais alto estão:

(a) fatores de risco de cliente

- A relação de negócios é conduzida em circunstâncias incomuns (por exemplo, distância geográfica significativa e sem explicação entre a instituição financeira e o cliente);
- **Negócios que envolvam grande quantidade de dinheiro em espécie;**
- **A propriedade ou estrutura da empresa parece incomum ou excessivamente complexa dada a natureza de negócios da empresa**” (As Recomendações do GAFI, pg. 101. Disponível em http://www.coaf.fazenda.gov.br/menu/pld-ft/publicacoes/as_recomendacoes_metodologia.pdf/@@download/file/As_recomendacoes_Metodologica.pdf).

43 - Por fim, no que diz respeito a pretensão de afastamento do sigilo bancário importa alguma referência a jurisprudência contemporânea de nossas Cortes Superiores em arrestos colhidos a esmo:



EMENTA: CONSTITUCIONAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. OFENSA À CONSTITUIÇÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. SIGILO BANCÁRIO. QUEBRA. MEDIANTE ORDEM JUDICIAL.

PRECEDENTES. I. - Somente a ofensa direta à Constituição autoriza a admissão do recurso extraordinário. No caso, o acórdão recorrido limitou-se a interpretar normas infraconstitucionais. II. - Ao Judiciário cabe, no conflito de interesses, fazer valer a vontade concreta da lei, interpretando-a. Se, em tal operação, interpreta razoavelmente ou desarrazoadamente a lei, a questão fica no campo da legalidade, inocorrendo o contencioso constitucional. III. - Alegação de ofensa ao devido processo legal: CF, art. 5º, LV: se ofensa tivesse havido, seria ela indireta, reflexa, dado que a ofensa direta seria a normas processuais. E a ofensa a preceito constitucional que autoriza a admissão do recurso extraordinário é a ofensa direta, frontal. IV. - A verificação, no caso concreto, da ocorrência, ou não, de violação ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada situa-se no campo infraconstitucional. V. - Alegação de ofensa ao inciso IX do art. 93 da Constituição: improcedência, porque o que pretende o recorrente, no ponto, é impugnar a decisão que lhe é contrária, certo que o acórdão está suficientemente fundamentado. VI. - O entendimento desta Suprema Corte consolidou-se no sentido de não possuir

caráter absoluto a garantia dos sigilos bancário e fiscal, sendo facultado ao juiz decidir acerca da conveniência da sua quebra em caso de interesse público relevante e suspeita razoável de infração penal.

Precedentes. VII. - Agravo não provido.

Decisão

Negou-se provimento, decisão unânime. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidiu, este julgamento, o Senhor Ministro Carlos Velloso. 2ª Turma, 04.10.2005. (STF - AI 541265 AgR/SC - SANTA CATARINA; AG.REG.NO AGRAVO DE INSTRUMENTO; Relator: Min. CARLOS VELLOSO; Julgamento: 04/10/2005; Órgão Julgador: Segunda Turma; Publicação: DJ, 04-11-2005 PP-00030; EMENT VOL-02212-07 PP-01308).

Ementa

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. CRIME DE USURA E SONEGAÇÃO FISCAL. NULIDADE. DENÚNCIA ANÔNIMA. POSSIBILIDADE. QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.

- 1. "Ainda que com reservas, a denúncia anônima é admitida em nosso ordenamento jurídico, sendo considerada apta a deflagrar procedimentos de averiguação, como o inquérito policial, conforme*

contenham ou não elementos informativos idôneos suficientes, e desde que observadas as devidas cautelas no que diz respeito à identidade do investigado" (HC 44.649/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJ 8/10/07). Precedente do STF (AgRg na MC em MS 24.369-4/DF).

2. A proteção aos sigilos de dados não é direito absoluto, podendo ser quebrados quando houver a prevalência do direito público sobre o privado, na apuração de fatos delituosos ou na instrução dos processos criminais, desde que a decisão esteja adequadamente fundamentada na necessidade da medida. Precedentes do STJ.

3. Na hipótese em exame, deve subsistir a decisão judicial que, motivadamente, determinou a quebra do sigilo bancário do paciente, uma vez que demonstrados os indícios de prática delituosa, os motivos pelos quais a medida se faz necessária, bem como o objeto da investigação e a pessoa do investigado.

4. Ordem denegada.

Acórdão

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, denegar a ordem. Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge

Mussi, Felix Fischer e Laurita Vaz votaram com o Sr. Ministro Relator. (STJ - HC 114846/MG; HABEAS CORPUS; 2008/0195412-8; Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA; Órgão Julgador: QUINTA TURMA; Data do Julgamento: 15/06/2010; Data da Publicação/Fonte: DJe 02/08/2010).

44 - Por conseguinte, considerando a presença irrefutável do *fumus comissi delict* e a necessidade inafastável de obtenção dos dados bancários (elementos informativos que só podem ser obtidos por esta via) merece acolhida a pretensão de afastamento do sigilo bancário, nos exatos moldes pretendidos, sendo certo que ao final desta decisão, em prestígio à metodologia ensejadora de melhor organização, serão dadas as determinações para efetivação do que aqui decidido.

45 - Seguindo adiante passamos a verificação do requerimento de medida cautelar de busca e apreensão em endereços relacionados ao investigado Marcelo Siciliano, transcrevendo-se parcialmente a justificativa apresentada pelo Ministério Público quanto a esta diligência, *verbis*:

"Conforme exposto no relato inicial, há fortes indícios da participação de MARCELLO SICILIANO na exploração de loteamentos irregulares em áreas reconhecidamente dominadas pela atuação de grupos paramilitares. Neste sentido, acostou-se aos autos documentos que demonstram consideráveis transações imobiliárias (mais de 80), nos últimos 10 (dez) anos na área em questão (zona oeste da cidade do Rio de Janeiro),

onde SICILIANO figurou ora como outorgante, ora como outorgado.

Paralelamente demonstraram-se empresas em nome deste, que aparentemente desenvolveriam atividades voltadas para o ramo de incorporações imobiliárias, embora sem qualquer registro de funcionários legalizados. De outra sorte, logrou-se demonstrar que duas destas sociedades empresárias encontram-se sediadas em um mesmo endereço, que em verdade, se situa em condomínio residencial no Bairro Recreio dos Bandeirantes, o que se afigura incompatível com atividade comercial desempenhada. Tais evidências permitem possível conclusão sobre a existência de empresas de fachada.

E não é só. O relatório de Inteligência Financeira encaminhada pelo COAF nos da conta de uma série de movimentações financeiras consideradas atípicas identificadas na conta corrente de MARCELLO SICILIANO, mais especificamente no período compreendido entre o dia 01/07/2016 e 31/12/2016, onde este teria recebido o montante de R\$ 2.141.704 (dois milhões, cento e quarenta e um mil e setecentos e quatro reais), cujos créditos ingressaram na conta, em sua maioria por transferências identificadas como crédito salário e recebimento de TEDs e depósitos em cheques. Tal

valor se revela incompatível com a renda declarada por SICILIANO."

46 - A partir desta motivação, conjugada com a larga argumentação que ampara os pedidos de todas as demais cautelares, pretende o Ministério Público a realização de busca e apreensão em três endereços onde estão situadas as empresas em que Marcelo Siciliano é sócio, bem como busca e apreensão em seu endereço residencial e em seu gabinete na Câmara de Vereadores, tudo orientado a apreensão de aparelhos celulares; computadores; tablets; mídias; documentos atinentes à prática delituosa narrada(escrituras; procurações; contratos, etc.)

47 - Atento a natureza cautelar da busca e apreensão, registramos que a argumentação já exposta no corpo desta decisão, relativa a análise dos elementos informativos, confere satisfatória base de probabilidade a amparar tal aspecto da medida cautelar, invocando-se aqui expressamente toda argumentação exposta no sentido da presença de indícios de autoria de práticas delitivas (crime de organização criminosa orientada a perpetração de delitos tipificados na Lei nº 6766/79, além de falsidade ideológica e documental).

48 - A necessidade da medida, o que configura o *periculum* ensejador da urgência da medida, se traduz na conjugação da necessidade de apreensão dos objetos indicados, em sua pertinência com o conteúdo da investigação e no sempre presente risco de destruição, desaparecimento ou de qualquer forma comprometimento do conteúdo das mídias ou dos documentos, o que torna imperiosa a concessão desta medida como forma de se acautelar elementos informativos sobremodo relevantes para a correta apuração dos fatos objeto deste procedimento investigatório criminal.

49 - No mais, os cinco endereços indicados têm ligação direta e irrefutável com o investigado Marcelo Siciliano, sendo três endereços de empresas de que é sócio, o quarto seu endereço residencial e o quinto seu local de trabalho.

50 - Pelo exposto, defere-se também esta medida cautelar de busca e apreensão nos cinco endereços indicados pelo Ministério Público, sendo certo que também aqui, ao final da decisão a determinação de cumprimento fará expressa referência, com descrição completa, ao material a ser apreendido e a cada um dos endereços.

51 - Remanesce para a análise o pleito cautelar de afastamento de "sigilo de dados telefônicos e telemáticos e autorização de acesso ao conteúdo dos aparelhos eletrônicos que forem apreendidos, como celulares, pen drives e computadores, etc., oriundo do cumprimento dos mandados de busca., a fim de que seja autorizado o acesso irrestrito aos dados armazenados (agenda telefônica; mensagens enviadas/recebidas, por SMS ou aplicativos Whatsapp; Telegram, dentre outros); e-mails enviados/recebidos; vídeos e áudios; e/ou quaisquer arquivos digitais".

52 - Invocamos novamente, evitando repetição *ad nauseam*, toda a fundamentação acima exposta indicativa da possibilidade, segundo doutrina e jurisprudência, do afastamento do sigilo de dados e notadamente invocamos a argumentação exposta no corpo desta decisão quanto a presença do *fumus delicti comissi* justificador desta medida cautelar.

53 - No mais, bastante evidente que o deferimento da busca e apreensão só faz sentido se acompanhado do presente deferimento do afastamento dos sigilos do conteúdo dos telefones celulares,

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Oliveira' or a similar name, with the number '45' written near the bottom right of the signature.

notebooks, computadores pendrives, agendas telefônicas, DVD's, CD's, discos rígidos e etc.

54 - Aqui também o periculum se evidencia no risco de perecimento de relevantes elementos informativos, sendo o caso de deferimento também desta cautelar, com detalhamento de forma e alcance adiante consignados.

55 – Por todo exposto, determina-se o seguinte:

A - O afastamento do sigilo bancário, com a vinda dos dados cadastrais, bem como registros de todas as operações financeiras previstas no artigo 5º, §1º, da Lei Complementar nº 105/2001, inclusive extratos de contas bancárias e cópias microfilmadas dos respectivos títulos e documentos relativos a tais operações, emitidos e recebidos, no período de 01/07/2016 a 25/10/2018, no prazo de 30(trinta dias), oficiando-se às instituições financeiras indicadas pelo BACEN no item IV. A, em relação a: MARCELLO MORAES SICILIANO, CPF: 016.389.927-46, bem com das empresas: 1) NEST662 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 07.872.455/0001-46; 2) LA MIA VITA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ: 20.330.027/0001-50; 3) MM INDÚSTRIAS GRÁFICAS LTDA, CNPJ: 10.546.732/0001-35; 4) SAVE SERVIÇO AÉREO DE VIGILÂNCIA ESTRATÉGICA LTDA, CNPJ: 28.385.887/0001-00; 5) WMW COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 86.994.449/0001-38.

B – Expedição de ofício ao Banco Central, a fim de que:

B.1 - Efetue pesquisa no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) com o intuito de comunicar exclusivamente às instituições financeiras com as quais os

investigados têm ou tiveram relacionamentos no período do afastamento do sigilo bancário, acelerando, assim, a obtenção dos dados junto a tais entidades.

B.2 - Transmite em 10 dias à Divisão de Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção da Coordenadoria de Segurança e Inteligência – MPRJ/CSI, observando o modelo de leiaute e o programa de validação e transmissão previstos no endereço eletrônico <https://asspaweb.pgr.mpf.gov.br>, cópia da decisão/ofício judicial digitalizado e todos os relacionamentos dos investigados obtidos no CCS, tais como contas correntes, contas de poupança e outros tipos de contas (inclusive nos casos em que o investigado apareça como co-titular, representante, responsável ou procurador), bem como as aplicações financeiras, informações referentes a cartões de crédito e outros produtos existentes junto às instituições financeiras.

B.3 - Comunique imediatamente às instituições financeiras o teor da decisão judicial de forma que os dados bancários dos investigados sejam transmitidos diretamente à Divisão de Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção – MPRJ/CSI, no prazo de 30 dias, conforme modelo de leiaute estabelecido pelo Banco Central na Carta-Circular 3.454, de 14 de junho de 2010 e determinado às autoridades judiciárias pela Corregedoria Nacional de Justiça por meio da Instrução Normativa nº 03, de 09 de agosto de 2010.

B.4 - Comunique imediatamente às instituições financeiras o teor da decisão judicial de forma que os dados bancários dos investigados sejam submetidos à validação e transmissão descritos no arquivo MI 001 – Leiaute de Sigilo



16

Bancário, disponível no endereço eletrônico [https://asspaweb.pgr.mpf.gov.br/](https://asspaweb.pgr.mpf.gov.br;);

B.5 - Informe às instituições financeiras que o campo “Número de Cooperação Técnica” seja preenchido com a seguinte referência: 012-MPRJ-000358-95 e que os dados bancários sejam submetidos ao programa “VALIDADOR BANCÁRIO SIMBA” e transmitidos por meio do programa “TRANSMISSOR BANCÁRIO SIMBA”, ambos disponíveis no endereço eletrônico <https://asspaweb.pgr.mpf.gov.br/>;

B.6 - Em caso de dúvidas, o endereço eletrônico para contato com a Divisão de Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção – MPRJ/CSI é: simba@mprj.mp.br, e para correspondências o endereço da MPRJ/CSI é o seguinte: Coordenadoria de Segurança e Inteligência/MPRJ – Av. Marechal Câmara, nº350, 8.^ºandar, Castelo, Rio de Janeiro, CEP:20020-080.

C – Com fundamento no artigo 240, § 1º, alíneas “d”, “e” e “h”, do Código de Processo Penal, busca e apreensão de todos os celulares encontrados nos endereços das buscas e os aparelhos celulares encontrados em poder do investigado Marcelo Siciliano; computadores; tablets; mídias; documentos atinentes à prática delituosa narrada (escrituras; procurações; contratos, etc), a ser cumprida nos seguintes endereços:

C.1 - Avenida das Américas, nº 17.500, BL02, apt. 410;

C.2 - Estrada dos Bandeirantes, nº23.303, sala 215, Vargem Grande;



C.3 - Rua Pereira Nunes, nº 395, Loja B, Bairro Vila
Isabel;

C.4 - Praça Tele Santana, nº 85/1501, Barra da Tijuca;

C.5 - Gabinete situado à Praça Floriano s/nº, Prédio:
Anexo - Sala: 401 - Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

D – Afastamento DE SIGILO DE DADOS telefônicos e telemáticos e **AUTORIZAÇÃO DE ACESSO** ao conteúdo dos aparelhos eletrônicos que forem apreendidos, como celulares, pen drives e computadores, agendas telefônicas, DVD's, CD's, discos rígidos, etc., oriundos do cumprimento dos mandados de busca, autorizando-se **o acesso irrestrito aos dados armazenados** (agenda telefônica; mensagens enviadas/recebidas, por SMS ou aplicativos *Whatsapp*; *Telegram*, dentre outros); e-mails enviados/recebidos; vídeos e áudios; e/ou quaisquer arquivos digitais.

E – Decreta-se absoluto segredo de justiça referente a este procedimento investigatório criminal, sendo certo que concluídas as diligencias cujo sigilo é fundamental, será proferida decisão no sentido de prestigiar a orientação trazida pela súmula vinculante 14 do STF.

F – Expeçam-se os mandados e ofícios necessários ao cumprimento integral desta decisão.

Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 2018.

Paulo Cesar Vieira de Carvalho Filho

Juiz de Direito

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 17ª Vara Criminal
Av. Erasmo Braga, 115 L II sala 510CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ e-mail:
cap17vcri@tj.rj.jus.br

4506/2018/MND

Mandado de Busca e Apreensão, na forma abaixo:

Extraído do requerimento formulado pela digna Autoridade Policial da 1ª Central de Inquéritos, através do ofício nº e autuado sob o nº 0257242-95.2018.8.19.0001.

Processo: **0257242-95.2018.8.19.0001** Distribuído em: 29/10/2018

Classe/Assunto: Pedido de Quebra de Sigilo Telefônico, de Informática e Telemática - Quebra do Sigilo Telefônico, de Informática Ou Telemática / Investigação Penal

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Investigado: SIGILOSO

Inquérito 01079770/2018 1ª Central de Inquéritos

Oficial de Justiça:

Nome do Personagem: MARCELO SICILIANO

Local da diligência:

1 - Avenida das Américas, nº 17.500, BL02, apt. 410;

2 - Estrada dos Bandeirantes, nº 23.303, sala 215, Vargem Grande;

3 - Rua Pereira Nunes, nº 395, Loja B, Bairro Vila Isabel;

4 - Praça Tele Santana, nº 85/1501, Barra da Tijuca;

**5 - Gabinete situado à Praça Floriano s/nº, Prédio: Anexo - Sala: 401
- Câmara Municipal do Rio de Janeiro.**

Pessoa ou coisa a apreender: Com fundamento no artigo 240, parágrafo 1º, alíneas "d", "e" e "h", do CPP, determina-se a busca e apreensão de todos os celulares encontrados nos endereços das buscas e os aparelhos celulares encontrados em poder do investigado Marcelo Siciliano no momento da diligência; computadores; tablets; mídias; documentos atinentes à prática delituosa narrada (escrituras; procurações; contratos, etc)

Destino a dar à pessoa ou coisa: **23ª Promotoria de Investigação Criminal**

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 17ª Vara Criminal
Av. Erasmo Braga, 115 L II sala 510 CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ e-mail:
cap17vcn@tjrj.jus.br

O MM. Juiz de Direito, Dr.(a) **Paulo Cesar Vieira de Carvalho Filho** do Cartório da 17ª Vara Criminal da comarca de Comarca da Capital, **MANDA o Delegado de Polícia**, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima referido, ao local indicado ou onde lhe for apontado, proceder a diligência ora ordenada, podendo, se necessário, efetuar arrombamento e/ou utilizar-se de força policial, observadas as cautelas legais e a prudência recomendável, nos termos e de acordo com a(s) peça(s) fielmente transcritas em folha(s) devidamente autenticada(s), que ficam fazendo parte do presente mandado. Eu, Paulo Cesar Vieira de Carvalho Filho - Juiz Titular - Matr. 16589, digitei e eu, Candida Daniela Muniz de Oliveira Lima Lago - Servidor com Acesso ao Sigilo - Matr. 01/23868 o subscrevo.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2018

Paulo Cesar Vieira de Carvalho Filho - Juiz Titular

Código de Autenticação: 4ZYF.1LQ3.YFZ4.4N62

Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

Resultado do mandado:

- () POSITIVO () NEGATIVO DEFINITIVO () PARCIALMENTE CUMPRIDO
() NEGATIVO () DEVOLVIDO IRREGULAR () NEGATIVO INÉRCIA DA PARTE
() CANCELADO () CUMPRIDO COM RESSALVA () NEGATIVO PERICULOSIDADE

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 17ª Vara Criminal 17ª Vara Criminal
Av. Erasmo Braga, 115 L II sala 510CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap17vcri@tjrj.jus.br

Nº do Ofício : 3907/2018/OF

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2018

Processo Nº: 0257242-95.2018.8.19.0001

Distribuição: 29/10/2018

Classe/Assunto: Pedido de Quebra de Sigilo Telefônico, de Informática e Telemática
- Quebra do Sigilo Telefônico, de Informática Ou Telemática /
Investigação Penal

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SIGILOSO
Inquérito 01079770/2018 1ª Central de Inquéritos

Prezado Senhor,

A fim de instruir os autos da ação supramencionada, INFORMO a V.Sa.
que foi **decretado o afastamento do sigilo bancário**, em relação a:

- 1 - MARCELLO MORAES SICILIANO, CPF: 016.389.927-46,
- 2 - NEST662 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ:
07.872.455/0001-46;
- 3 - LA MIA VITA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ:
20.330.027/0001-50;
- 4 - MM INDÚSTRIAS GRÁFICAS LTDA, CNPJ: 10.546.732/0001-35;
- 5 - SAVE SERVIÇO AÉREO DE VIGILÂNCIA ESTRATÉGICA LTDA, CNPJ:
28.385.887/0001-00;
- 6 - WMW COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 86.994.449/0001-38.

Determinando-se o seguinte:

1- Que seja realizada pesquisa no Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS) com o intuito de comunicar exclusivamente às instituições financeiras com as quais os investigados têm ou tiveram relacionamentos no período do afastamento do sigilo bancário, **período de 01/07/2016 a 25/10/2018, no prazo de 30 (trinta dias)**

60
VIEIRADECARVALHO

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 17ª Vara Criminal 17ª Vara Criminal

Av. Erasmo Braga, 115 L II sala 510CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap17vcri@tjrj.jus.br

2 - A remessa dos dados cadastrais, bem como registros de todas as operações financeiras previstas no artigo 5º, §1º, da Lei Complementar nº 105/2001, inclusive extratos de contas bancárias e cópias microfilmadas dos respectivos títulos e documentos relativos a tais operações, emitidos e recebidos, no período de 01/07/2016 a 25/10/2018, no prazo de 30 (trinta dias).

2 - Determina-se, ainda, que seja transmitida, em 10 dias, à Divisão de Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção da Coordenadoria de Segurança e Inteligência – MPRJ/CSI, observando o modelo de leiaute e o programa de validação e transmissão previstos no endereço eletrônico <https://asspaweb.pgr.mpf.gov.br>, cópia da decisão/ofício judicial digitalizado e todos os relacionamentos dos investigados obtidos no CCS, tais como contas correntes, contas de poupança e outros tipos de contas (inclusive nos casos em que o investigado apareça como co-titular, representante, responsável ou procurador), bem como as aplicações financeiras, informações referentes a cartões de crédito e outros produtos existentes junto às instituições financeiras.

3- Comunique-se imediatamente às instituições financeiras o teor da decisão judicial de forma que os dados bancários dos investigados sejam transmitidos diretamente à Divisão de Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção – MPRJ/CSI, no prazo de 30 dias, conforme modelo de leiaute estabelecido pelo Banco Central na Carta-Circular 3.454, de 14 de junho de 2010 e determinado às autoridades judiciais pela Corregedoria Nacional de Justiça por meio da Instrução Normativa nº 03, de 09 de agosto de 2010.

4 - Comunicando também às instituições financeiras o teor da decisão judicial de forma que os dados bancários dos investigados sejam submetidos à validação e transmissão descritos no arquivo MI 001 – Leiaute de Sigilo Bancário, disponível no endereço eletrônico <https://asspaweb.pgr.mpf.gov.br>.

5 - Informe-se às instituições financeiras que o campo "Número de

60
VIEIRADECARVALHO

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 17ª Vara Criminal 17ª Vara Criminal
Av. Erasmo Braga, 115 L II sala 510CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap17vcri@tjrj.jus.br
Cooperação Técnica" seja preenchido com a seguinte referência:
012-MPRJ-000358-95 e que os dados bancários sejam submetidos ao programa
"VALIDADOR BANCÁRIO SIMBA" e transmitidos por meio do programa
"TRANSMISSOR BANCÁRIO SIMBA", ambos disponíveis no endereço eletrônico
[https://asspaweb.pgr.mpf.gov.br/](https://asspaweb.pgr.mpf.gov.br;);

6- Em caso de dúvidas, segue o endereço eletrônico para contato com a Divisão de Laboratório de Combate à Lavagem de Dinheiro e à Corrupção – MPRJ/CSI é: simba@mprj.mp.br, e para correspondências o endereço da MPRJ/CSI é o seguinte: Coordenadoria de Segurança e Inteligência/MPRJ – Av. Marechal Câmara, n.º350, 8.ºandar, Castelo, Rio de Janeiro, CEP:20020-080.



Atenciosamente,
Paulo Cesar Vieira de Carvalho Filho
Juiz de Direito

ILMO. PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL S/A.

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ:
4Y2S.ERFY.JH6K.5N62

Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 17ª Vara Criminal 17ª Vara Criminal
Av. Erasmo Braga, 115 L II sala 510CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap17vcri@tjrj.jus.br

Nº do Ofício : 3904/2018/OF

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2018

Processo Nº: 0257242-95.2018.8.19.0001

Distribuição: 29/10/2018

Classe/Assunto: Pedido de Quebra de Sigilo Telefônico, de Informática e Telemática - Quebra do Sigilo Telefônico, de Informática Ou Telemática / Investigação Penal

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SIGILOSO

Inquérito 01079770/2018 1ª Central de Inquéritos

Prezado Senhor,

A fim de instruir os autos da ação supramencionada, INFORMO a V.Sa. que foi decretado o afastamento do sigilo bancário, determinando-se, assim, a remessa dos dados cadastrais, bem como registros de todas as operações financeiras previstas no artigo 5º, §1º, da Lei Complementar nº 105/2001, inclusive extratos de contas bancárias e cópias microfilmadas dos respectivos títulos e documentos relativos a tais operações, emitidos e recebidos, no período de 01/07/2016 a 25/10/2018, no prazo de 30 (trinta dias), em relação a:

- 1 - MARCELLO MORAES SICILIANO, CPF: 016.389.927-46;
- 2 - NEST662 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 07.872.455/0001-46;
- 3 - LA MIA VITA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ: 20.330.027/0001-50;
- 4 - MM INDÚSTRIAS GRÁFICAS LTDA, CNPJ: 10.546.732/0001-35;
- 5 - SAVE SERVIÇO AÉREO DE VIGILÂNCIA ESTRATÉGICA LTDA, CNPJ: 28.385.887/0001-00;
- 6 - WMW COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 86.994.449/0001-38.

Atenciosamente,

enjunci em rede
Paulo Cesar Vieira de Carvalho Filho
Juiz de Direito

ILMO. PRESIDENTE DO BANCO ITAÚ.

Bnadeus
Banco Itaú

60
VIEIRADECARVALHO

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 17ª Vara Criminal 17ª Vara Criminal
Av. Erasmo Braga, 115 L II sala 510CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap17vcri@tjrj.jus.br

Nº do Ofício : 3905/2018/OF

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2018

Processo Nº: 0257242-95.2018.8.19.0001

Distribuição: 29/10/2018

Classe/Assunto: Pedido de Quebra de Sigilo Telefônico, de Informática e Telemática - Quebra do Sigilo Telefônico, de Informática Ou Telemática / Investigação Penal

Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SIGILOSO

Inquérito 01079770/2018 1ª Central de Inquéritos

Prezado Senhor,

A fim de instruir os autos da ação supramencionada, INFORMO a V.Sa. que foi decretado o afastamento do sigilo bancário, determinando-se, assim, a remessa dos dados cadastrais, bem como registros de todas as operações financeiras previstas no artigo 5º, §1º, da Lei Complementar nº 105/2001, inclusive extratos de contas bancárias e cópias microfilmadas dos respectivos títulos e documentos relativos a tais operações, emitidos e recebidos, no período de 01/07/2016 a 25/10/2018, no prazo de 30 (trinta dias), em relação a:

- 1 - MARCELLO MORAES SICILIANO, CPF: 016.389.927-46;
- 2 - NEST662 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ: 07.872.455/0001-46;
- 3 - LA MIA VITA EMPREENDIMENTO IMOBILIARIOS LTDA, CNPJ: 20.330.027/0001-50;
- 4 - MM INDÚSTRIAS GRÁFICAS LTDA, CNPJ: 10.546.732/0001-35;
- 5 - SAVE SERVIÇO AÉREO DE VIGILÂNCIA ESTRATÉGICA LTDA, CNPJ: 28.385.887/0001-00;
- 6 - WMW COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 86.994.449/0001-38..

Atenciosamente,

Paulo Cesar Vieira de Carvalho Filho
Juiz de Direito

ILMO. SENHOR PRESIDENTE DO BANCO BRADESCO S.A



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

**EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CRIMINAL DA
COMARCA DA CAPITAL**

SIGILOSO

Ref. MPRJ 2018.01079770
PIC nº 003/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, presentado pelo Grupo de Apoio Especializado no Combate ao Crime Organizado (GAECO) através dos Promotores de Justiça que esta subscrevem, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, vem requerer extensão da medida de busca e apreensão deferida através da decisão de fls.48, em 07.12.2018, em razão do que a seguir se expõe.

Aportou ao GAECO, nesta data, informação sobre investigação, dando conta de um suposto endereço onde funcionaria o escritório do vereador Marcelo Siciliano, não contemplado na decisão anterior deste juízo.

Em diligência *in locu*, a Delegacia de Homicídios confirmou a informação, mediante conversa travada com funcionários do condomínio onde estaria localizado o escritório do vereador Marcelo Siciliano.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Procuradoria-Geral de Justiça
Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
GAECO

Nesta toada, reitera todos os fundamentos contidos na promoção que ensejou o pedido de busca e apreensão, para fazer constar o novo endereço, qual seja, **Avenida das Américas, nº 17.150, bloco 01, sala 445, Barra da Tijuca, Condomínio A5 Offices, CEP 22790-704,** expedindo-se o referido mandado de busca.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2018.


SIMONE SIBLIO DO NASCIMENTO
Promotora de Justiça
GAECO


DANIEL FARIA BRAZ
Promotor de Justiça
GAECO



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CHEFIA DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE HOMICÍDIOS DA CAPITAL
Rua General Ivan Raposo, 500 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro
Cep: 22621-040 Fone: (21)2333-6394.



INFORMAÇÃO SOBRE INVESTIGAÇÃO

Inquérito Policial nº: 901-99998/2018
Protocolo: 112773-1901/2018

Dr. Delegado de Polícia,

Esta equipe de investigação realizou diligências para verificar uma informação de inteligência que chegou nesta Unidade de Polícia Judiciária Especializada, de um suposto endereço onde funcionaria um escritório do Vereador Marcelo Siciliano.

Em diligência *in locu*, esta equipe logrou êxito em confirmar a informação em conversa com funcionários do condomínio dando conta de que a sala onde funcionaria o escritório do Vereador Marcelo Siciliano seria a de número 445, no bloco 01, no Condomínio A5 Offices, no Recreio dos Bandeirantes.

Neste sentido, reputamos conveniente que seja buscado junto ao Judiciário, na Vara competente, a expedição de mandado de busca e apreensão para este novo endereço.

Assim, sendo incluído:

Avenida das Américas, nº17.150, bloco 01 sala 445, Recreio dos Bandeirantes.
Condomínio A5 Offices. Cep 22790-704

É o que cabe informar.

Eduardo Monteiro - mat. 439.2886-2

Gelson Rocha - mat. 871598-9

Renato Teixeira - mat. 5022586-3

Equipe de Investigação /DII CAPITAL.

DHC/6AB:
- Encaminhe-se ao
MP/ GAEOL para conhecimento
e providenciar cabines.

14/12/2018
JUNTOU LAGES
Delegado de Polícia
nº4329811-7/Matr.936.525-3

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 17ª Vara Criminal
Av. Erasmo Braga, 115 L II sala 510CEP 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap17vcrl@tjrj.jus.br

4588/2018/MND

Mandado de Busca e Apreensão, na forma abaixo:

**Extraído do requerimento formulado pela digna Autoridade Policial da
1ª Central de Inquéritos, através do ofício nº e autuado sob o nº
0257242-95.2018.8.19.0001.**

Processo: 0257242-95.2018.8.19.0001 Distribuído em: 29/10/2018
Classe/Assunto: Pedido de Quebra de Sigilo Telefônico, de Informática e Telemática - Quebra do Sigilo Telefônico, de Informática Ou Telemática / Investigação Penal
Autor: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Investigado: SIGILOSO
Inquérito 01079770/2018 1ª Central de Inquéritos
Oficial de Justiça:

Nome do Personagem: MARCELO SICILIANO

Local da diligência: Avenida das Américas, nº 17.150, bloco 01, sala 445, Barra da Tijuca, Condomínio A5 Offices, CEP 22790-704.

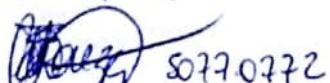
Pessoa ou coisa a apreender: Com fundamento no artigo 240, parágrafo 1º, alíneas "d", "e" e "h", do CPP, determina-se a busca e apreensão de todos os celulares encontrados nos endereços das buscas e os aparelhos celulares encontrados em poder do investigado Marcelo Siciliano no momento da diligência; computadores; tablets; mídias; documentos atinentes à prática delituosa narrada (escrituras; procurações; contratos, etc)

Destino a dar à pessoa ou coisa: 23ª PROMOTORIA DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

O MM. Juiz de Direito, Dr.(a) Paulo Cesar Vieira de Carvalho Filho do Cartório da 17ª Vara Criminal da comarca de Comarca da Capital, MANDA o Oficial de Justiça, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima referido, ao local indicado ou onde lhe for apontado, proceder a diligência ora ordenada, podendo, se necessário, efetuar arrombamento e/ou utilizar-se de força policial, observadas as cautelas legais e a prudência recomendável, nos termos e de acordo com a(s) peça(s) fielmente transcritas em folha(s) devidamente autenticada(s), que ficam fazendo parte do presente mandado. Eu, _____ Paulo Cesar Vieira de

D H

Recebido em 13/12/18, às 14.57h.

 5077-0772



Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 17ª Vara Criminal
Av. Erasmo Braga, 115 L II sala 510CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ e-mail: cap17vcritj.rj.jus.br
Candida
Carvalho Filho - Juiz Titular - Matr. 16589, digitei e eu, _____
Daniela Muniz de Oliveira Lima Lago - Servidor com Acesso ao Sigilo - Matr. 01/23868
o subscrevo.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2018

Paulo Cesar Vieira de Carvalho Filho - Juiz Titular

Código de Autenticação: **4Y67.YX52.XEVN.BS62**

Este código pode ser verificado em: (www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos)

Resultado do mandado:

- () POSITIVO () NEGATIVO DEFINITIVO () PARCIALMENTE CUMPRIDO
() NEGATIVO () DEVOLVIDO IRREGULAR () NEGATIVO INÉRCIA DA
PARTE
() CANCELADO () CUMPRIDO COM RESSALVA () NEGATIVO PERICULOSIDADE





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado
Av. Marechal Câmara, nº 370, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/ RJ
CEP: 20.020-080 - Tel. e FAX: 2215-4727 ou 2215-5561

Ref: MPRJ 2018.01079770

Fl.

TERMO DE INFORMAÇÃO

Informo que, nesta data, os mandados de busca e apreensão expedidos pelo juízo da 17ª Vara Criminal foram cumpridos pela Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.

É o que me cumpri informar.

Rio de janeiro, 14 de dezembro de 2018.

Marcos Antônio de Sousa
Matrícula: 8150

VISTA

Nesta data faço vista do presente expediente a Excelentíssima Promotora de Justiça Membro do GAEKO, Equipe ALFA (7), para ciência e determinações.

Rio de Janeiro, 14/12/2018.

Marcos Antônio de Sousa
Matrícula 8150

Nº DR 2018

Após a verificação do resultado
com material apreendido,
estou informando a este
juiz.

RJ, 14/12/2018
Sob sigilo de assinatura
Promotora de Justiça
Membro do GAEKO

O vereador Marcello Siciliano, juntamente com o miliciano de vulgo Zinho, mandaram que o Desipe conhecido como Braz, pagasse um individuo (não identificado), do presídio Bangu 1, para envenenar o ex-policial Orlando, antes que ele comece a delatar sobre o caso da vereadora Marielle.

O vereador Marcello Siciliano que vem como principal suspeito na linha de investigação no caso da Vereadora Marielle, é sócio dos irmãos que lideram a maior milícia do estado do Rio de Janeiro. Luiz Antônio Silva Braga, o Zinho e Wellington Silva Braga, o Ecko. Siciliano também tem uma empresa de incorporação imobiliária, de razão social registrada como Est662 empreendimentos imobiliários Ita, CNPJ:07.872.455/0001-46. Siciliano ajudaria os irmãos "Braga" a tornar lícito o dinheiro arrecadado da milícia, a lavagem de dinheiro ocorre em empresas de terraplanagem e construção. Eles emitem notas fiscais frias de serviços que não foram prestados, através de empresas de extração e exploração de saibro e areais de Seropédica, áreas dominadas pela milícia. Somente em uma das áreas de serviço de terraplanagem, são cerca de cinquenta a sessenta caminhões por dia, o valor médio de cada caminhão gira em torno de mil reais, é um dos principais negócios da milícia que domina a zona oeste. A gama de negócios das milícias é muito grande e tem se ampliado. Cada negócio desses vai se articulando com o outro. No caso da Marielle, ela foi assassinada num estado supostamente de direito, mas como é uma rede muito bem conectada, você pode ser morto não em função de uma denúncia que você fez de um comportamento policial, mas sim porque acabou atingindo a ponta de algum desses negócios, no caso da vereadora, ela atingiu algum negócio de um dos sócios criminosos de Siciliano.

Praça Seca nº 9, acesso pela rua Baronesa, localiza-se a região administrativa de Jacarepaguá, onde trabalha Diego Martins juntamente com o vereador ^{o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro}, que foram feitas com milicianos (não identificados), para planejar a morte da vereadora.

